



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO | 2021

DESTAQUES FINANCEIROS E OPERACIONAIS:

DESTAQUES (R\$ MM) 4T21	4T21	4T20	Δ %	2021	2020	Δ %
Margem Bruta	745	537	39%	2.302	1.848	25%
EBITDA	577	372	55%	1.698	1.188	43%
Resultado Financeiro	(119)	(36)	231%	(244)	(123)	98%
Lucro Líquido	286	225	27%	822	592	39%

INDICADORES OPERACIONAIS						
Energia Injetada (GWh)	5.079	5.193	(2,2%)	20.076	19.148	4,8%
Energia Distribuída (GWh)	4.771	4.791	(0,4%)	18.715	17.602	6,3%
Número de Clientes (mil)	2.833	2.770				
DEC 12 meses (horas)	7,38	7,57				
FEC 12 meses (interrupções)	4,22	4,49				
Perdas totais 12 meses (%)	6,55%	7,19%				

Indicadores Financeiros de Dívida ¹			
	2021	2020	Variação
Dívida Líquida ² /EBITDA ³	2,19	2,27	(0,08)
EBITDA/Resultado Financeiro ²	6,96	9,66	(2,70)
Rating Corporativo (S&P)	AAA	AAA	



⁽¹⁾ Os indicadores financeiros não são utilizados para cálculo de covenants
⁽²⁾ Dívida líquida de disponibilidades, aplicações financeiras e títulos e valores mobiliários
⁽³⁾ EBITDA e Resultado Financeiro de 12 meses

- Energia distribuída de 4.771 GWh no 4T21 (-0,4% vs. 4T20), chuvas e por menores temperaturas, e 18.715 GWh em 2021 (+6,3% vs. 2020), confirmando a retomada da atividade econômica ao longo do ano;
- Despesas Operacionais no 4T21 de R\$ 138 milhões (-12% vs. 4T20) e de R\$ 514 milhões em 2021 (-2% vs. 2020), confirmando ganhos com eficiência;
- EBITDA de R\$ 577 milhões no trimestre (+R\$ 205 milhões vs. 4T20) e, em 2021, de R\$ 1.698 milhões (+R\$ 510 milhões vs. 2020);
- Lucro Líquido de R\$ 286 milhões no 4T21 (+R\$ 61 milhões vs. 4T20) e R\$ 822 milhões em 2021 (+R\$ 230 milhões vs. 2020);
- R\$ 700 milhões de Capex em 2021, maior parte dedicada à expansão de rede;
- DEC (12 meses) de 7,38h (abaixo do regulatório de 8,15h) e FEC (12 meses) 4,22x (abaixo do regulatório de 6,19x);
- Perdas totais 12 meses no 4T21 de 6,55% (1,47 p.p. abaixo do limite regulatório).

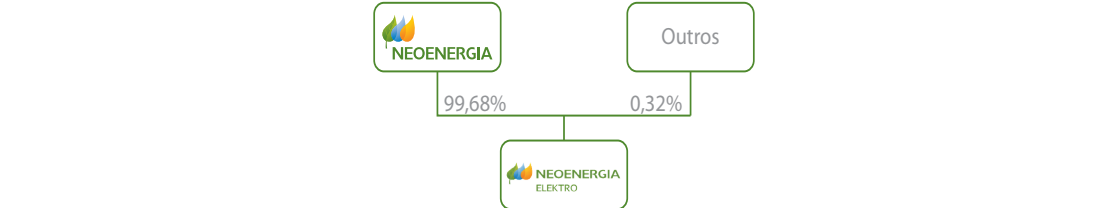
MENSAGEM DO PRESIDENTE

O ano de 2021 foi marcado pela experiência de continuarmos superando nossos desafios em meio a uma pandemia, que atingiu picos de contaminação em todo o nosso país. Também foi um ano no qual passamos a nos identificar como Neoenergia Elektro, solidificando a marca de nosso grupo, mostrando a força e integração de nossos negócios. Mais uma vez, nossas equipes trabalharam arduamente 24 horas por dia, para levar energia há mais de 2,8 milhões de clientes, sempre buscando entregar nossa energia com segurança e qualidade, mesmo em um cenário tão adverso. Cuidar das pessoas continuou sendo nossa prioridade, e para isto, além de manter a nossa força de trabalho altamente capacitada, colocamos em operação 7 escolas de eletricitistas, oferecendo para as comunidades a opção de treinamento diferenciado e gratuito, com oportunidades para que possam fazer parte de nossas equipes. Nosso mercado em 2021 apresentou crescimento de 4,8% quando comparado a 2020 incrementando nossa base de clientes, com crescimento de 63 mil clientes em 2021, que representa um aumento de 2,3% em nossa base total. Mantivemos investimentos robustos em nossas redes de distribuição da ordem de R\$ 700 milhões, que garantiram o atendimento de nosso mercado e 100% das novas solicitações de conexões. Investimentos estes também que garantiram a qualidade do fornecimento de energia, no qual obtivemos o resultado do indicador de Duração Equivalente por Cliente (DEC) de 7,38 horas e o indicador de Frequência Equivalente por cliente (FEC) de 4,22 vezes, melhores que o estabelecido nos limites regulatórios e os melhores resultados de nossa história. Continuamos focados em nosso programa de combate a perdas, mantendo a eficiência e o rigor no combate aos furtos e à inadimplência, atingindo um índice de perdas totais 12 meses de 6,55%, abaixo do nível regulatório. De acordo com nossa estratégia, incrementamos os investimentos, melhoramos a qualidade e mantivemos austeridade nas despesas, atingindo um lucro líquido de R\$ 822 milhões (39% maior que 2020) e EBITDA de R\$ 1.698 milhões (43% maior que 2020). Agradeço o empenho e dedicação de toda a equipe Neoenergia Elektro, não somente pelos resultados históricos, mas principalmente pelo trabalho durante mais um ano de pandemia, adotando todos os procedimentos de saúde preventivos, o que garantiu o atendimento a toda a nossa população com segurança. Para 2022, vamos manter nossa estratégia de valorização e capacitação de nossas pessoas, que foram as responsáveis pelos excelentes resultados alcançados, e que novamente farão história neste novo ano.

Antonio Sergio Casanova
 Diretor-presidente da Neoenergia Elektro

1. PERFIL CORPORATIVO E ORGANOGrama SOCIETÁRIO

A Neoenergia Elektro, com sede no município de Campinas, em São Paulo, é uma concessionária de serviço público de distribuição de energia elétrica que atende 228 municípios, sendo 223 em São Paulo e 5 no Mato Grosso do Sul.



2. AMBIENTE MACROECONÔMICO

As projeções para a economia, no início de 2021, soavam promissoras, após o duro choque econômico decorrente da pandemia da Covid-19 no ano de 2020. Segundo o Relatório Focus do Banco Central, em 31 de dezembro de 2020, a projeção, para 2021, era de índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) de 3,32% (dentro da meta de 3,75%), Taxa Selic a 3,0% e crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) de 3,4%. Tal otimismo era justificado pela expectativa da retomada econômica e pela descoberta no final de 2020, de vacinas contra a Covid-19. Entretanto, o que se viu foi um ano mais desafiador do que o esperado, em especial pela 2ª onda de Covid-19 que atingiu o país ainda no primeiro semestre e pelo próprio programa de imunização da população, que levou alguns meses para ganhar tração. Os temores em relação ao cenário fiscal, aliados à pior seca no Brasil em 91 anos, pressionaram os custos de operação do setor elétrico como um todo. Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a inflação medida pelo IPCA, encerrou 2021 com alta acumulada de 10,06%. Como medida para conter a alta da inflação, a Taxa Selic, que caiu até a mínima histórica de 2,0% em 2020, foi a 9,25%, no final de 2021. Quanto ao PIB, a economia encerra 2021 com perspectiva de crescimento de 4,5%, segundo o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), impulsionado pelos setores da indústria e serviço. No que tange o consumo de energia, de acordo com a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE), houve um aumento de 4,1% em relação a 2020. Após um primeiro semestre de medidas de isolamento social para combater a pandemia de Covid-19, que impactaram significativamente a demanda por energia elétrica no país, o consumo de energia dá sinais consistentes de sua recuperação.

3. AMBIENTE REGULATÓRIO

3.1. Tarifas
 Em agosto de 2021, a Aneel aprovou o reajuste tarifário da Neoenergia Elektro, com efeito médio para o consumidor de 11,49%. O índice foi impactado pelos aumentos de 10,89% nos encargos setoriais e 3,73% nos custos com compra de energia, que foram compensados por um repertório dos custos de rede básica, extraordinariamente, reduzindo em 17,76% os custos de transmissão, implicando numa variação da Parcela A de 0,38%, totalizando R\$ 5.346 milhões. O preço médio de repasse dos contratos de compra de energia foi definido em R\$ 217,54/MWh. Já a variação da Parcela B foi de 32,49% (R\$ 2.432 milhões), reflexo da inflação acumulada (IGP-M) desde o último reajuste, de 33,83%, deduzida do Fator X, de 1,34%.
 O uso dos créditos tributários referentes à exclusão do ICMS da base do PIS/COFINS e a antecipação da reversão para modicidade tarifária das receitas de ultrapassagem de demanda e excedente reativo constituídas até julho de 2021 contribuíram para redução do efeito médio para o consumidor, enquanto o reajuste dos itens da Parcela B foi integralmente aplicado a partir de 27 de agosto de 2021.

3.2. Perdas de Energia e Receitas Irrecuperáveis
 Em dezembro de 2021, a ANEEL aprovou a nova metodologia de perdas, atualizando-a com aprimoramentos que trouxeram avanços na modelagem especialmente na construção do ranking de complexidade, que passou a ser único (baseado em 138 modelos), e não mais pela média de 3 rankings/modelos. Houve também a ampliação do número de variáveis avaliadas para 17. Na proposta inicial de abertura da CP considerava-se apenas 5 variáveis.
 Outros aprimoramentos de destaque na atualização da metodologia foram: a definição do ponto de partida, a alteração do ano de referência no cálculo da meta passando a adotar média de 3 anos, o tratamento para empresas com meta superior ao ponto de partida, a redução do nível de perdas estruturais (limite mínimo), a elevação do limite da velocidade da trajetória de redução e o estabelecimento de regras específicas para áreas de risco, ASRO - Áreas com Severa Restrição Operativa.
 Quanto ao tema de Receitas Irrecuperáveis, a ANEEL manteve a metodologia atual atualizando a base de dados (com a adoção de 4 anos, 2017 a 2020). A metodologia continua levando em consideração o ranking de complexidade sócio econômica, que foi atualizado nesta revisão da metodologia de perdas não técnicas.

3.3. Medidas associadas à Covid-19
Restrições operacionais temporárias para distribuidoras
 Foi publicada em 26 de março a Resolução Normativa ANEEL nº 928/2021, impondo restrições operacionais para preservar a segurança do atendimento aos consumidores devido à pandemia. As principais medidas adotadas foram a vedação da suspensão do fornecimento para determinados grupos de consumidores (residencial baixa renda, usuários de equipamentos vitais, entre outros), a suspensão do prazo no-nagessimal para corte do fornecimento (todos os consumidores), e a postergação do pagamento pelas distribuidoras das compensações por violação dos limites de continuidade individuais e de conformidade de tensão. A resolução, que tinha vigência inicial até 30 de junho, foi prorrogada até 30 de setembro por meio da Resolução Normativa ANEEL nº 936/2021, de 15 de junho.

Reequilíbrio das Distribuidoras
 Foi divulgada em 23 de novembro a Resolução Normativa ANEEL nº 952/2021, que trata da correção dos desequilíbrios econômicos decorrentes da pandemia, do estabelecimento da metodologia de cálculo da sobrecontratação involuntária resultante da redução de carga durante a crise sanitária e da definição dos critérios para ressarcimento aos consumidores de custos associados à operação de crédito da Conta-Covid em 2020.

3.4. Medidas associadas à crise hídrica
Criação da Câmara de Regras Excepcionais para Gestão Hidroenergética (CREG) – Jun/21
 A Medida Provisória nº 1.055 instituiu a CREG, que teve como competência a definição das diretrizes obrigatórias relativas ao estabelecimento de condições excepcionais e temporárias para a operação dos reservatórios das usinas hidrelétricas do País, envolvendo definições para limites de uso, armazenamento e vazão, preservando as competências dos órgãos e entidades responsáveis pela implementação das diretrizes. A vigência da CREG foi até 30/12/2021.

Programa de Resposta à Demanda – ago/21
 O programa já existe desde 2017, mas em agosto de 2021 o MME o instituiu para unidades consumidoras do SIN, de forma a recompensar os cidadãos que reduzirem em até 10% o consumo, com um bônus de R\$ 50 para cada 100 kWh economizados. O programa teve duração até dezembro de 2021 e foi válido para aqueles que reduziram o consumo entre 10% e 20%.

Bandeira Tarifária de Escassez Hídrica – set/21
 Criada para custear com recursos da bandeira tarifária os custos excepcionais do acionamento de usinas térmicas e da importação de energia, a bandeira Escassez Hídrica foi estabelecida em R\$14,20 a cada 100 kWh consumidos e passou a valer para todos os consumidores de setembro/21 a abril/22, com exceção dos beneficiários da tarifa social.

3.5. Liberalização do Mercado
 Em dez/19, foi publicada pelo Ministério de Minas e Energia (MME) a Portaria nº 465 que reduziu os limites para acesso dos consumidores ao mercado livre de energia:

- A partir de 1º de janeiro de 2021, os consumidores com carga ≥ 1.500 kW;
- A partir de 1º de janeiro de 2022, os consumidores com carga ≥ 1.000 kW; e
- A partir de 1º de janeiro de 2023, os consumidores com carga ≥ 500 kW.

Até 31 de janeiro de 2022, foram realizados estudos sobre as medidas regulatórias necessárias para permitir a abertura do mercado livre para os consumidores com carga inferior a 500 kW, incluindo o comercializador regulado de energia e proposta de cronograma de abertura iniciando em 1º de janeiro de 2024.

Além disso, o Projeto de Lei 414/2021 (nº anterior: PLS 232/2016), do Senado, prevê a portabilidade da conta de luz entre as distribuidoras, alterando, dessa forma, o marco regulatório do setor elétrico possibilitando a criação de um mercado verdadeiramente livre no País. O texto segue em tramitação na Câmara dos Deputados. O PL prevê que de imediato, os consumidores de cargas superiores a 3 mil kWh poderão escolher o fornecedor e que em um prazo de 42 meses após a sanção da lei, todos os consumidores poderão optar pelo ambiente de livre contratação. Outra mudança é que os resultados das operações das concessionárias de distribuição de energia elétrica com excesso involuntário de energia, observados os mecanismos de ajuste de sobras e déficits de energia elétrica disponíveis e o princípio de máximo esforço, serão alocados a todos os consumidores dos ambientes de contratação regulada e livre, mediante encargo tarifário na proporção do consumo de energia.

4. DESEMPENHO OPERACIONAL

4.1 Número de Consumidores
 A Companhia encerrou 2021 com 2.833 mil consumidores, incremento de 63 mil novos consumidores em relação à 2020 (+2,3%).

NEOENERGIA ELEKTRO	Participação no Total %		2021 x 2020	
	2021	2020	2021	2020
Número de Consumidores (milhares)				
Residencial	2.450	2.390	86,5%	86,3%
Industrial	20	20	0,7%	0,7%
Comercial	204	199	7,2%	7,2%
Rural	129	131	4,6%	4,7%
Outros	31	30	1,1%	1,1%
Total	2.833	2.770	100%	100%

4.2 Evolução do Mercado

NEOENERGIA ELEKTRO	Participação no Total %		4T21 x 4T20		Participação no Total %		2021 x 2020			
	4T21	4T20	4T21	4T20	2021	2020	Dif.	%		
Energia Distribuída (GWh)	4T21	4T20	4T21	4T20	Dif.	%	2021	2020	Dif.	%
Residencial	1.293	1.360	27,1%	28,4%	(67)	(4,9%)	5.159	5.099	47,4%	46,9%
Industrial	314	330	6,6%	6,9%	(16)	(4,8%)	1.222	1.219	11,2%	11,2%
Comercial	543	551	11,4%	11,5%	(8)	(1,5%)	2.078	2.074	19,1%	19,1%
Rural	281	318	5,9%	6,6%	(37)	(11,6%)	1.133	1.115	10,4%	10,3%
Outros	323	338	6,8%	7,0%	(15)	(4,4%)	1.292	1.370	11,9%	12,6%
Total Energia Distribuída (Cativa)	2.753	2.898	58%	60%	(145)	(5,0%)	10.883	10.875	100%	100%
 Mercado Livre	2.018	1.893	42,3%	39,5%	125	6,6%	7.832	6.727	41,8%	38,2%
Total Energia Distribuída (Cativa + Livre)	4.771	4.791	100%	100,0%	(20)	(0,4%)	18.715	17.602	100,0%	100,0%

A energia distribuída (cativo + livre) no 4T21 foi de 4.771 GWh, em linha com o 4T20, e de 18.715 GWh em 2021, +6,3% vs. 2020, explicada, principalmente, pelo aumento da base de clientes (+2,3%) e a retomada do mercado na área de concessão. O consumo residencial apresentou redução de 4,9% no 4T21, impactado pela menores temperaturas e chuvas. No ano, houve um aumento de 1,2% vs. 2020. O segmento cativo da classe industrial registrou, no 4T21, uma queda de 4,8% vs. 4T20. Já o acumulado ficou em linha com 2020. Quando analisado juntamente com o mercado livre, o resultado é de crescimento de 4,9% no 4T21 e 13,9% em 2021, explicado pelo maior consumo dos setores de construção civil e automotivo, confirmando a retomada do mercado. A classe comercial cativa apresentou queda de 1,5% no trimestre, ficando em linha no acumulado. A classe rural teve queda de 11,6% no trimestre, comparada com o mesmo período do ano anterior, explicada, principalmente, pela menor demanda por irrigação. No acumulado, houve um crescimento de 1,6% vs. 2020.

4.3 Balanço Energético

A energia injetada (energia fornecida aos clientes próprios + concessionárias de fronteira + clientes livres + perdas) atingiu o patamar de 5.079 GWh no 4T21 (-2,2% vs. 4T20), por menores temperaturas e chuvas, e de 20.076 GWh em 2021 (+4,8% vs. 2020), pela retomada do crescimento da concessão.

BALANÇO ENERGÉTICO (GWh)	4T21	4T20	4T21 x 4T20		2021	2020	2021 x 2020	
			Dif	%			Dif	%
 Mercado Cativo	2.753	2.898	(145)	(5,0%)	10.883	10.875	8	0,1%
 Mercado Livre + Suprimento	2.018	1.893	125	6,6%	7.832	6.727	1.105	16,4%
Energia Distribuída (A)	4.771	4.791	(20)	(0,4%)	18.715	17.602	1.113	6,3%
Energia Perdida (B)	325	369	(44)	(11,9%)	1.301	1.384	(82)	(6,0%)
Não Faturado (C)	(17)	33	(50)	(151,5%)	60	163	(103)	(63,2%)
Energia Injetada (D) = (A) + (B) + (C)	5.079	5.193	(114)	(2,2%)	20.076	19.148	928	4,8%

4.4 Perdas

As perdas de energia são acompanhadas através do índice percentual que calcula a razão entre a energia injetada e a energia faturada, acumuladas no período de 12 meses. Com base nessa metodologia, apresentamos abaixo a evolução do indicador e a comparação com a cobertura tarifária.

NEOENERGIA ELEKTRO	Perdas totais 12 meses (%)															
	Perda Técnica				Perda Não Técnica				Perda Total							
	4T20	1T21	2T21	3T21	4T21	4T20	1T21	2T21	3T21	4T21	4T20	1T21	2T21	3T21	4T21	Aneel 21
	5,73%	5,71%	5,79%	5,92%	5,95%	1,46%	1,45%	0,99%	0,24%	0,59%	7,19%	7,16%	6,78%	6,16%	6,55%	8,02%

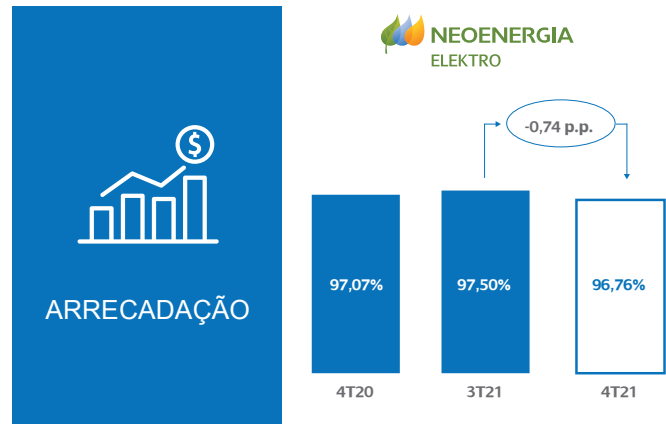
NEOENERGIA ELEKTRO	Perdas totais 12 meses (GWh)															
	Perda Técnica				Perda Não Técnica				Perda Total							
	4T20	1T21	2T21	3T21	4T21	4T20	1T21	2T21	3T21	4T21	4T20	1T21	2T21	3T21	4T21	Aneel 21
	1.096	1.110	1.163	1.196	1.195	281	283	199	49	119	1.377	1.393	1.362	1.245	1.314	1.631

NOTA: Devido ao fato de o prazo de apuração do indicador de perdas de dezembro de 2021 ser posterior ao período de divulgação deste relatório, os dados apresentados são estimados. Os indicadores de 2020 foram ajustados para a apuração definitiva. As Perdas Totais na visão 12 meses no 4T21 foram de 6,55%, abaixo do limite regulatório de 8,02%. A Companhia vem atuando no plano de combate a perdas e em 2021 as principais ações foram:

- (i) Recuperação de 51 GWh por meio da realização de mais de 47 mil inspeções;
- (ii) Substituição de 65 mil medidores obsoletos, recuperando 2,8 GWh;
- (iii) Atualização cadastral de diversos pontos de iluminação pública, totalizando 3,9 GWh de energia recuperada.

4.5 Arrecadação e Inadimplência

O índice de arrecadação é impactado diretamente pela capacidade de pagamento dos clientes e pela eficácia das ações de cobrança da Companhia. O gráfico abaixo retrata o índice de arrecadação sobre contas vencidas ao longo dos trimestres.



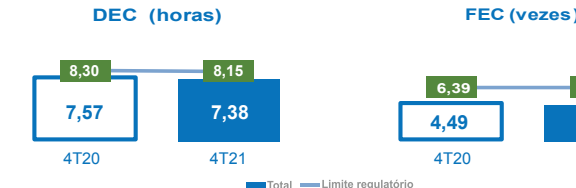
A Arrecadação no 4T21 segue em patamares elevados, atingindo 96,76%, inferior ao observado no 3T21, explicada pelo descasamento pontual entre o faturamento, que contempla o incremento da bandeira tarifária escassez hídrica aplicada desde setembro e a arrecadação que irá refletir este impacto no trimestre subsequente. Na comparação com 4T20, a Arrecadação apresenta-se em linha.

PECLD/ ROB	4T20	1T21	2T21	3T21	4T21	3T21 x 4T21	4T21 x 4T20	2021	2020	Var.	Limite Regulatório
ROB	1.998	2.033	1.940	2.020	2.430	20,30%	21,62%	8.423	7.185	0,17%	8.423
PECLD	9	23	20	17	27	58,82%	200,00%	87	139	(0,37%)	43
Inadimplência	0,45%	1,15%	1,03%	0,85%	1,10%	0,26 p.p.	0,66 p.p.	1,04%	1,94%	(0,90 p.p.)	0,51%

NOTA: PECLD considera o valor provisionado + correção monetária. No 4T21 foram adotadas diversas ações de cobrança com intuito de diminuir o índice de inadimplência e, consequentemente, melhorar a arrecadação. Dentre elas, podemos destacar:

- (i) 1,7 milhão cobranças telefônicas através de SMS, URA e e-mail;
- (ii) Negativações de 452 mil consumidores ligados ao SPC, Serasa Experian e Boa Vista;
- (iii) Negociações de 76 mil consumidores através de plataforma digital;
- (iv) Realização de 41 mil suspensões de fornecimento por meio de atuação em concentrações georreferenciadas;
- (v) Cobrança terceirizadas através das assessorias de cobrança;
- (vi) Ações sistêmicas para os Grandes Clientes e negociações com órgãos do Poder Público.

As melhorias nos resultados do DEC e FEC, que permitiram à Neoenergia Elektro superar os parâmetros regulatórios de qualidade, refletem diversas ações implementadas pela empresa, tanto na gestão com revisão de processos como em investimentos no sistema de automação de suas subestações e equipamentos da rede de distribuição.



NOTA: Devido ao fato de o prazo de apuração dos indicadores de qualidade de dezembro de 2021 ser posterior ao período de divulgação deste relatório, os dados apresentados são estimados. Os indicadores de dezembro de 2020 foram ajustados para a apuração definitiva.

5. DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

DRE (R\$ MM)	4T21	4T20	Variação		2021	2020	Variação	
			R\$	%			R\$	%
Receita Líquida	2.269	1.954	315	16%	8.117	6.654	1.463	22%
Custos Com Energia	(1.							

As despesas operacionais contabilizaram R\$ 138 milhões no 4T21 (-12% vs. 4T20), com ganho de eficiência na absorção de inflação, crescimento de clientes e primarização das atividades operacionais. Já no acumulado foi de R\$ 514 milhões, -2% vs. 2020. Vale ressaltar o evento no 1T20 positivo e não recorrente, da ordem de R\$ 22 milhões por conta da contratação de seguro contra acidentes fatais em serviço que permitiu reverter tal montante da reserva matemática que o fundo de pensão da empresa possuía. Desconsiderando esse não recorrente do 1T20, o patamar de despesas da Neoenergia Elektro no 2021 apresenta redução de 6%.

No trimestre, a PECLD totalizou R\$ 30 milhões, R\$ 22 milhões maior que o 4T20, influenciado pelas reversões ocorridas no 4T20 após a retomada dos cortes autorizados pela ANEEL. Em 2021 foi de R\$ 90 milhões, uma redução de R\$ 46 milhões vs. 2020, demonstrando o retorno dos patamares pré-pandemia, através do sucesso das ações de cobrança. Importante frisar que, conforme detalhado no item 4.5, a relação PECLD/ROB caiu de 1,94% em 2020 para 1,04% em 2021, comprovando a melhor performance do combate à inadimplência.

Como resultado das variações citadas acima, o EBITDA no trimestre foi de R\$ 577 milhões, incremento de 55% vs. 4T20. Em 2021, o EBITDA foi de R\$ 1.698 milhões, +43% vs. 2020.

O Lucro Líquido foi de R\$ 286 milhões no 4T21 (+27% vs. 4T20) e de R\$ 822 milhões em 2021 (+39% vs. 2020).

5.1 EBITDA (LAJIDA)

Atendendo a Instrução CVM nº 527 demonstramos no quadro abaixo a conciliação do EBITDA (sigla em inglês para Lucro Antes dos Juros, Impostos, Depreciação e Amortização, LAJIDA) e, complementamos que os cálculos apresentados estão alinhados com os critérios dessa mesma instrução:

EBITDA (R\$ MM)	4T21	4T20	Variação		2021	2020	Variação	
			R\$	%			R\$	%
Lucro líquido do período (A)	286	225	61	27%	822	592	230	39%
Despesas financeiras (B)	(158)	(84)	(74)	88%	(406)	(272)	(134)	49%
Receitas financeiras (C)	46	39	7	18%	156	119	37	31%
Outros resultados financeiros líquidos (D)	(7)	9	(16)	(178%)	6	30	(24)	(80%)
Imposto de renda e contribuição social (E)	(99)	(49)	(50)	102%	(335)	(235)	(100)	43%
Depreciação e Amortização (F)	(73)	(62)	(11)	18%	(297)	(238)	(59)	25%
EBITDA = (A)-(B)+(C)+(D)+(E)+(F)	577	372	205	55%	1.698	1.188	510	43%

5.2 Resultado Financeiro

RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO (em R\$ milhões)	4T21	4T20	Variação		2021	2020	Variação	
			R\$	%			R\$	%
Renda de aplicações financeiras	17	5	12	240%	29	18	11	61%
Encargos, variações monetárias e cambiais e Instrumentos financeiros derivativos de dívida	(111)	(37)	(74)	200%	(259)	(137)	(122)	89%
Outros resultados financeiros não relacionados a dívida	(25)	(4)	(21)	525%	(14)	(4)	(10)	250%
Juros, comissões e acréscimo moratório	14	36	(22)	(61%)	107	94	13	14%
Variações monetárias e cambiais - outros	(1)	(1)	-	-	(2)	(1)	(1)	100%
Atualização provisão para contingências / depósitos judiciais	(13)	-	(13)	-	(35)	(32)	(3)	9%
Atualização do ativo / passivo financeiro setorial	14	(1)	15	(1500%)	14	2	12	600%
Obrigações pós emprego	(3)	-	(3)	-	(12)	-	(12)	-
Outras receitas (despesas) financeiras líquidas	(36)	(38)	2	(5%)	(86)	(67)	(19)	28%
Total	(119)	(36)	(83)	231%	(244)	(123)	(121)	98%

O Resultado Financeiro foi de -R\$ 119 milhões no 4T21 (vs. -R\$36 milhões no 4T20) e de -R\$ 244 milhões em 2021 (vs. -R\$ 123 milhões em 2020), em razão de maiores despesas com encargos da dívida, explicada, majoritariamente, pelos aumentos do IPCA (30% do endividamento está atrelado ao índice) e do CDI (representando 70% da dívida da Companhia). Ademais, em 2021, houve aumento de 8,0% no saldo médio da dívida (vs. 2020).

Segue quadro demonstrativo dos índices de 2021 e 2020:

Índices	2021	2020	Δ (p.p.)
CDI	4,42%	2,76%	(1,66 p.p.)
TJLP	4,80%	4,87%	(0,07 p.p.)
USD*	0,3838	1,1660	(0,78)
IPCA*	10,25%	4,24%	6,01 p.p.

Nota 1: variação cambial entre 31/12/2020 a 31/12/2021.

Nota 2: considera a inflação contabilizada 12 meses (M-1)

6. INVESTIMENTOS

Em 2021, a Neoenergia Elektro realizou Capex de R\$ 700 milhões, principalmente alocados em projetos de expansão de rede.

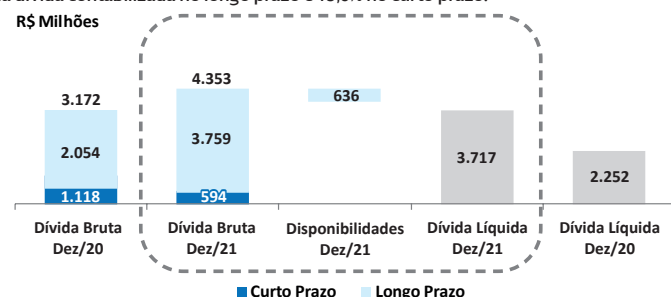
INVESTIMENTOS REALIZADOS	NEOENERGIA ELEKTRO		
	4T21	2021	
Natureza Investimento (Preço corrente - valores em R\$ MM)			
Expansão de Rede	(85)	(432)	50%
Novas Ligações	(57)	(231)	
Novas SE's e RD's	(28)	(201)	
Renovação de Ativos	(33)	(154)	22%
Melhoria da Rede	(17)	(74)	11%
Perdas e Inadimplência	(5)	(20)	3%
Outros	(67)	(105)	15%
Movimentação Material (Estoque x Obra)	(6)	3	
(-) Investimento Bruto	(213)	(781)	1,1
SUBVENÇÕES	9	84	
(-) Investimento Líquido	(204)	(697)	
Movimentação Material (Estoque x Obra)	6	(3)	
(-) CAPEX	(198)	(700)	
BAR	(67)	(105)	13%
BRR	(140)	(679)	87%

Os investimentos realizados foram aderentes ao necessário para o período, refletindo a política da Companhia para garantir a constante melhoria da qualidade de seus serviços prestados, bem como a geração de valor do negócio, mantendo seu compromisso com os clientes, a sociedade e a concessão.

7. ESTRUTURA DE CAPITAL

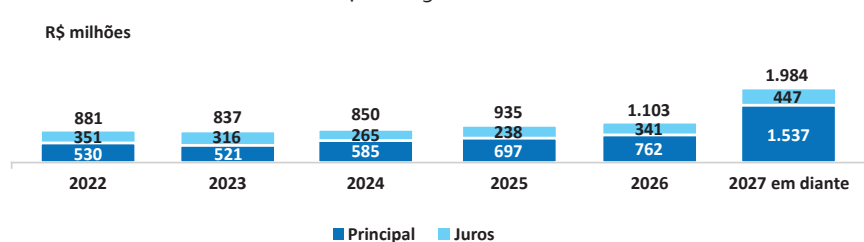
7.1. Perfil da Dívida

Em dezembro de 2021, a dívida líquida, incluindo caixa, equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários atingiu R\$ 3.717 milhões (dívida bruta de R\$ 4.353 milhões), apresentando crescimento de 65% em relação a dezembro de 2020. Em relação a segregação do saldo devedor, a Companhia possui 86,4% da dívida contabilizada no longo prazo e 13,6% no curto prazo.



7.2. Cronograma de Vencimento

O gráfico abaixo apresenta o cronograma de vencimentos de principal e juros da dívida, utilizando as curvas forward de mercado para os indexadores e moedas atrelados ao endividamento da Companhia vigente em 31 de dezembro de 2021.



8. RATING

Em 30 de março de 2021, a Standard & Poor's – S&P reafirmou o rating da Neoenergia e suas distribuidoras em "BB-" na Escala Global e "brAAA" na Escala Nacional Brasil, limitadas ao rating soberano.

9. OUTROS TEMAS

9.1 Clientes Baixa Renda

A Resolução ANEEL nº 414/2010 define o conceito de consumidores de baixa renda, caracterizados por tarifas diferenciadas de consumo de energia elétrica, subsidiadas por um benefício criado pelo Governo Federal e regulamentado pela Lei nº 12.212 e pelo Decreto nº 7.583.

Número de Consumidores (milhares)	2021	2020	2021 x 2020	
			Dif.	%
Convencional	2.217	2.180	37	1,7%
Baixa Renda	233	211	22	10,4%
Total	2.450	2.390	60	2,5%

9.2. Práticas de Gestão

9.2.1. Remuneração de Acionistas

A Neoenergia Elektro possui definido em seu estatuto o pagamento de dividendo mínimo de 25% do lucro líquido ajustado. Em 2021, a Companhia deliberou os seguintes proventos:

- (i) Dividendos no montante de R\$ 37.887 mil, deliberados em Assembleia Geral Ordinária de 09 de abril de 2021 e pagos em 12 de maio de 2021;
- (ii) Dividendos no montante de R\$ 424.738 mil, deliberados em Assembleia Geral Ordinária de 09 de abril de 2021 e pagos em 30 de dezembro de 2021;
- (iii) Juros sobre Capital Próprio de R\$ 64.515 mil, deliberados na Reunião do Conselho de Administração realizada em 30 de junho de 2021 e pagos em 26 de agosto de 2021;
- (iv) Juros sobre Capital Próprio no valor de R\$ 67.834 mil, com previsão de pagamento até 31 de dezembro de 2022, deliberados na Reunião do Conselho de Administração realizada em 16 de dezembro de 2021.

A Companhia informa que a destinação completa dos resultados de 2021 será aprovada na Assembleia Geral Ordinária a ser realizada em 2022.

9.2.2. Governança Corporativa

As práticas de Governança Corporativa do Grupo Neoenergia buscam assegurar a transparência e a equidade nos negócios, bem como o respeito aos direitos das partes interessadas e se aplica a todas as empresas do Grupo, esse modelo permite o aproveitamento da sinergia dos negócios entre as empresas. Sua estrutura societária e de governança do grupo, assim como seu Modelo de Negócio, estão baseados em uma estrutura descentralizada.

O Sistema de Governança e Sustentabilidade da Neoenergia Elektro reúne as políticas e os princípios que regem a organização, a operação e as relações do Grupo Neoenergia. Estabelece-se para assegurar o cumprimento do estatuto social que vincula seus acionistas e, em particular, o objeto social e o interesse social da Companhia.

O Sistema de Governança e Sustentabilidade, configurado sempre em conformidade com a legislação vigente se inspira no Propósito e Valores do Grupo e se assenta no Estatuto Social que, aprovado pela Assembleia Geral de Acionistas, reúne e referenda todos os elementos-chaves do Sistema de Governança e Sustentabilidade, cujo desenvolvimento se atribui ao Conselho de Administração, sem prejuízo de outras competências.

A estrutura de Governança Corporativa da Companhia é composta pelo Conselho de Administração, Conselho Fiscal e Diretoria, abaixo pormenorizado.

Conselho de Administração

Integrado por oito representantes titulares, sendo um membro independente, e um suplente, todos com mandato de três anos, sendo permitida a reeleição. As atribuições do Conselho incluem a orientação geral dos negócios e a eleição e destituição dos diretores. Os membros se reúnem ordinariamente para avaliar os desempenhos econômico, ambiental e social da Companhia. Os integrantes podem ainda se reunir extraordinariamente quando convocados pelo presidente ou secretário.

Conselho Fiscal

Com função independente, é composto atualmente por cinco membros titulares e igual número de suplentes. Os membros são eleitos pela Assembleia Geral Ordinária para mandatos de um ano. O Conselho Fiscal reúne-se bimensalmente ou em reuniões extraordinárias sempre que convocados.

Diretoria

Responsável pela gestão dos negócios, sendo composta atualmente por quatro membros, incluindo o Diretor Presidente. Seus integrantes são nomeados pelo Conselho de Administração para mandatos de três anos, passíveis de renovação. Os diretores se reúnem ordinariamente

duas vezes por mês ou sempre que convocados pelo Diretor Presidente ou de dois Diretores Executivos.

Como parte integrante das práticas de Governança, o Grupo Neoenergia possui um modelo de Controles Internos que assegura a confiabilidade na geração e divulgação das informações financeiras. O modelo é suportado por uma ferramenta e pautado em dois grandes pilares: (i) identificação dos riscos e desenhos / execução dos controles; (ii) certificação das informações financeiras por parte dos principais Executivos. A certificação ocorre semestralmente para que os Executivos possam assegurar que as informações financeiras sob suas responsabilidades são fidedignas e os controles internos para suportá-las foram executadas da forma adequada.

9.2.3 Gestão de Pessoas

Acreditamos que as pessoas são elementos primordiais na realização dos negócios e ter colaboradores engajados e comprometidos com nossos resultados tem sido nosso foco permanente. E, após 2 anos de convivência impactada pela pandemia, fizemos dessa crença a forma de manter o elo com cada colaborador, para que ele permanecesse conectado com nosso ambiente, além de poder continuar evoluindo em seu processo de crescimento e desenvolvimento.

Ao longo de 2021 o Grupo Neoenergia investiu mais de R\$ 13 milhões em formação, na sua maioria ações online, uma vez que ainda foi um ano onde o distanciamento como prevenção à Covid se fez necessário. Esse investimento viabilizou a realização de 1.127.253 horas de formação, ultrapassando em 41% o que realizamos no ano anterior.

Mantendo nosso alinhamento com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, mantivemos a Escola de Eletricistas, formando 1.737 eletricitistas, dos quais 1.175 foram contratados e fazem parte do nosso quadro de colaboradores – efetivamente, esse ano, inserimos 177 mulheres na posição de eletricitista, confirmando nossa crença na igualdade de gênero. Ainda em 2021 com a integração da Neoenergia Brasília, além das Escolas da Bahia, Rio Grande do Norte, Pernambuco, Interior de SP, implementamos escola de eletricitistas no Distrito Federal.

Cibersegurança, Diversidade e Voluntariado, foram temas que também fizeram parte de nossa agenda. Para Cibersegurança, dedicamos 01 semana de atividades voltadas para discussão dos riscos e prevenção a ataques cibernéticos, compartilhando com nossos colaboradores o cuidado com a informação. Da mesma forma, trouxemos o tema de Diversidade para discussão, e em junho realizamos a Semana da Diversidade, para reforçar conceitos como Inclusão e Igualdade que queremos reforçar em nossa cultura, e reafirmamos o posicionamento da Neoenergia em prol da inclusão de gênero, raça, pessoas com deficiência. Hoje o grupo já tem compromissos concretos relativos à inclusão de mulheres em nossa operação e em posições de liderança. Para o tema Voluntariado, esse ano demos continuidade ao trabalho que contamos com mais de 1.500 voluntários, incluindo executivos que, com nossos colaboradores, atuaram diretamente em ações que beneficiaram mais de 40.000 pessoas, além do lançamento da escola de formação, do Instituto AMAR em Natal, RN, em parceria com o Projeto INVOLVE, projeto Global voltado para o fortalecimento da cultura de voluntariado em todo o Grupo.

Gradativamente, em setembro iniciamos o retorno ao trabalho de forma híbrida, e em dezembro já estávamos com 100% dos colaboradores em trabalho presencial, sempre enfatizando nosso cuidado à saúde e bem estar de todos, e praticando todos dos protocolos necessários à prevenção contra a Covid. Para 2022, adotaremos a opção de trabalho híbrido como opção para os colaboradores que exercem atividades compatíveis com esse modelo. Nossa experiência durante a pandemia nos mostrou que com essa possibilidade é possível agregar qualidade de vida aos times, sem perda de produtividade, além de alinhar a Neoenergia à realidade do mercado de trabalho.

O ano de 2021 foi de grandes desafios e realizações, mas contamos com times engajados e comprometidos com a qualidade do serviço prestado às comunidades onde atuamos. Com essa mesma força e determinação seguiremos em 2022!

10. SUSTENTABILIDADE, INOVAÇÃO E RESPONSABILIDADE CORPORATIVA

10.1. Sustentabilidade e Mudanças Climáticas

O Grupo Neoenergia, norteado pelo seu propósito, valores e sistema de governança, integra em sua estratégia os aspectos ASG além dos ODS e os Princípios do Pacto Global da ONU. Nessa direção, cumpre o seu compromisso com um modelo de energia elétrica sustentável e acessível, capaz de gerar valor econômico, social e ambiental junto aos seus stakeholders.

Como parte dessa evolução contínua, assumimos o compromisso com as seguintes metas: (i) Situar a intensidade das emissões abaixo dos 50 gramas de CO2 por kWh gerado no ano de 2030, visando a alcançar a neutralidade em carbono no ano 2050; (ii) Alcançar perda líquida Nula de Biodiversidade em novos empreendimentos até 2030; (iii) alcançar 35% de mulheres em postos de liderança na Companhia até 2030; e (iv) 70% dos grandes fornecedores classificados como sustentáveis até 2022 e 100% em 2030.

Desde 2007, a Companhia renova o compromisso com os dez princípios do Pacto Global, iniciativa que preconiza uma atuação baseada no respeito a direitos humanos, direitos do trabalho, preservação ambiental e combate à corrupção, e, desde 2015, aos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), ambos da ONU. Os Objetivos 7 (energia limpa e acessível) e 13 (ação global contra as mudanças climáticas), são os prioritários para a Neoenergia. A Neoenergia mantém compromisso, ainda, com outros ODS relacionados a temas estratégicos e que contribuem diretamente à gestão sustentável dos negócios: água potável e saneamento (ODS 6), indústria, inovação e infraestrutura (ODS 9), vida terrestre (ODS 15) e parcerias e meios de implementação (ODS 17).

Em setembro de 2021, Solange Ribeiro, Diretora-Presidente Adjunta da Neoenergia, foi nomeada vice-presidente do Conselho do Pacto Global da ONU, maior iniciativa de sustentabilidade corporativa do mundo.

A partir de janeiro de 2022 a Neoenergia integra a carteira do Índice de Sustentabilidade Empresarial da B3 pelo 2º ano consecutivo, índice que reúne companhias que possuem as melhores práticas de governança e sustentabilidade corporativa. A Neoenergia também conquistou o score A- no caderno de mudanças climáticas do CDP em sua primeira participação nesta iniciativa, considerada a principal do setor financeiro em relação à mitigação das mudanças climáticas.

Para promover o diálogo e a transparência com seus públicos de relacionamento, a Neoenergia publica, anualmente, seu Relatório de Sustentabilidade, certificado por 3ª parte, e elaborado na metodologia da Global Reporting Initiative (GRI), acessível no site Neoenergia (https://ri.neoenergia.com/sustentabilidade/relatorios/).

10.2. Inovação

O Grupo Neoenergia acredita que a transição para uma economia neutra em carbono até 2050 é tecnologicamente possível, economicamente viável e socialmente necessária. Este compromisso será cumprido através da promoção da Descarbonização da Energia, integração dos Sistemas de Redes e Eletrificação da Demanda.

A Neoenergia entende a importância de investir em inovação tecnológica e processual para avançar no mercado. Para isso, desenvolve continuamente ações para melhorar a experiência dos milhões de clientes através da digitalização, otimização de processos, modernização da infraestrutura de rede e promoção da sustentabilidade por meio da descarbonização e eletrificação.

Possui forte atuação no programa de P&D Aneel, e conta com programa de open innovation, sempre com participação ativa e garantia da autonomia das áreas de negócio. Como forma de organizar e gerenciar as diversas ações da Companhia, foi criada em 2021 a plataforma Go In, intuitiva e de fácil entendimento, que guia o colaborador da Neoenergia desde a concepção até a implantação da solução, com o monitoramento de resultados e indicadores.

Dentro do Programa de P&D da Aneel, diversos projetos evoluíram e foram entregues ao longo do ano.

Dentre os projetos voltados para a melhoria da experiência dos clientes, temos o "Conexão Digital", cujo objetivo é tornar o cotidiano dos clientes mais fácil, sempre com foco na melhoria de sua jornada e experiência. Outras entregas do Conexão Digital foram o serviço de Consulta e Negociação de Dívidas e o atendimento via WhatsApp, no qual assistente virtual ainda oferece o autosserviço de Religação, sem a necessidade de atendimento humano.

Com o objetivo de melhoria dos processos, destaca-se o projeto de um Sensor Inteligente capaz de detectar defeitos na rede e auxiliar no monitoramento das perdas de energia. Tecnologia patenteada pela Neoenergia e licenciada para exploração comercial pela Tecsys do Brasil, os sensores são equipamentos de automação de rede e possuem dupla funcionalidade: são capazes de identificar defeitos na rede e reportá-los em tempo real para o Centro de Operações, além de registrarem medições que são utilizadas para o cálculo de perdas por trechos de alimentador.

Por fim, em open innovation, a Neoenergia foi reconhecida como uma das empresas líderes em engajamento com startups, através do ranking Top 100 Open Corps, premiação criada pela 100 Open Startups. Foram diversos projetos com startups, para desafios como gestão de ativos, perdas, segurança, gestão de dados de parques eólicos, administração de equipes de campo e incidências em linhas de transmissão.

10.3. Educação e Cultura

No âmbito da educação, tem destaque o projeto Balcão de Ideias e Práticas Educativas que, sob gestão do Instituto Neoenergia, capacitou 346 profissionais de educação, entre professores e gestores escolares, das redes municipais de ensino de 8 municípios da Paraíba, Rio Grande do Norte, São Paulo e Bahia. Em 2021, o projeto integrou uma nova frente - a de assessoria - que apoiou o corpo gestor de 7 redes municipais, visando minimizar os impactos causados pela Covid-19, considerando o crescimento das desigualdades e defasagens de aprendizagem dos alunos. Em parceria com o Senai Bahia, foram oferecidas 1.100 vagas para um curso online, gratuito e auto instrucional sobre noções básicas de eletricidade e segurança na construção civil. A iniciativa foi destinada aos profissionais autônomos das regiões das distribuidoras do Grupo que atuam na área.

Na esfera cultural, as principais iniciativas da companhia foram conduzidas pelo Instituto Neoenergia, como (i) o Transformando Energia em Cultura, no Rio Grande do Norte e Bahia, apoiando 25 projetos dirigidos, especialmente, para crianças e jovens em vulnerabilidade, assim como em ações voltadas para a salvaguarda e valorização de patrimônios culturais e a geração de trabalho e renda; (ii) a 1ª edição do Prêmio Inspirar, edital dirigido ao reconhecimento de 16 lideranças femininas que atuam com projetos de Arte e Cultura, da cidade do Rio de Janeiro, região da Baixada Fluminense e estado de Pernambuco, e (iii) a Caravana Energia que Transforma, apoiando a capacitação de 348 gestores em 8 cursos e 27 organizações socioculturais nas imersões, dos estados da Bahia, Pernambuco e Rio Grande do Norte.

Além disso, o Instituto passou a integrar, como membro fundador, o maior programa de valorização de patrimônios culturais do Brasil: o Resgatando a História, iniciativa idealizada pelo BNDES, que conta com a parceria de grandes empresas brasileiras.

10.4. Instituto Neoenergia

Em um ano de conquistas e desafios únicos, o Instituto Neoenergia manteve seus projetos, garantindo resultados expressivos e alcançando o propósito buscado, em melhorar a vida das pessoas e do planeta. Em conjunto com seus parceiros, as iniciativas reforçaram o compartilhamento de saberes, a preservação de espécies e ecossistemas marinhos, a promoção da diversidade cultural brasileira e o impulsionamento do desenvolvimento humano. Em sinergia com diversos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), propostos pela Organização das Nações Unidas (ONU), os impactos positivos são visíveis a milhares de vidas beneficiadas.

Dentre os quatro pilares principais de trabalho, destacam-se algumas ações que promoveram a diferença durante o ano de 2021, em 11 estados brasileiros e mais de 140 municípios. Em Formação e Pesquisa, 346 professores e gestores escolares foram envolvidos em formações, criando práticas educativas, disponibilizadas em uma plataforma online, e sete redes municipais de educação receberam assessoramento para revisão de seus planos municipais de educação. Em Biodiversidade e Mudanças Climáticas, foram 1400 corais restaurados e 20 espécies de aves migratórias monitoradas. No pilar de Arte e Cultura, por sua vez, 348 gestores foram capacitados em oito cursos e 27 organizações socioculturais foram beneficiadas, incluindo outras ações relevantes em prol de um dos setores mais impactados pela pandemia. Nas iniciativas de Ação Social, foram distribuídas mais de 33 mil refeições, que integram as quase 68 mil toneladas de alimentos doados pelo Instituto para mitigar os efeitos econômicos da pandemia na população mais vulnerável, além do desenvolvimento de programas e projetos voltados à capacitação do terceiro setor e seus atores.

A atuação do Instituto Neoenergia em 2021 reforça seu propósito e compromisso com os ODS, que marcam em cada iniciativa sua presença nesse cenário de responsabilidade social e transformação. Ao longo do ano, o Instituto manteve seu pioneirismo e atenção às necessidades do mundo e, para 2022, a missão continua.

10.5. Eficiência Energética

O Programa de Eficiência Energética (PEE) da Neoenergia Elektro tem como foco promover o uso eficiente da energia elétrica. Em 2021 contou com investimento de cerca de R\$ 22,6 milhões. Entre as ações que merecem destaque estão:

- (i) Projetos com ação em comunidades com troca de quase 200 mil lâmpadas por LED para consumidores residenciais baixa renda e mais de 62 mil lâmpadas em 561 instituições, além de troca de 450 refrigeradores antigos por 225 câmaras de vacina para melhor atendimento ao processo de vacinação contra o Covid-19 em 218 municípios;

Memória de Cálculo	Ano atual		Ano anterior		Correspondência nas Notas Explicativas (*)
	4T21	2021	4T20	2020	
(+) Receita líquida	2.386	8.505	2.054	6.833	Demonstrações de resultado
(-) Valor de reposição estimado da concessão	(85)	(281)	(80)	(108)	Nota 3
(-) Outras receitas	(32)	(112)	(18)	(78)	Nota 3
(+) Outras receitas - Outras	-	5	(2)	7	Nota 3.4
= RECEITA Operacional Líquida	2.269	8.117	1.954	6.654	
(+) Custos com energia elétrica	(1.404)	(5.397)	(1.354)	(4.238)	Demonstrações de resultado
(+) Custos de construção	(205)	(699)	(143)	(676)	Demonstrações de resultado
= Custo com Energia	(1.609)	(6.096)	(1.497)	(4.914)	
(+) Valor de reposição estimado da concessão	85	281	80	108	Nota 3
= MARGEM BRUTA	745	2.302	537	1.848	
(+) Custos de operação	(188)	(669)	(149)	(592)	Demonstrações de resultado
(+) Despesas com vendas	(13)	(52)	(14)	(45)	Demonstrações de resultado
(+) Outras receitas/despesas gerais e administrativas	(42)	(197)	(76)	(196)	Demonstrações de resultado
(-) Depreciação e Amortização	73	297	62	238	Nota 6
(+) Outras receitas	32	112	18	78	Nota 3
(+) Outras receitas - Outras	-	(5)	2	(7)	Nota 3.4
= Despesa Operacional (PMO)	(138)	(514)	(157)	(524)	
(+) PECLD	(30)	(90)	(8)	(136)	Demonstrações de resultado

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020 (Valores expressos em milhões de reais, exceto pelos valores de lucro por ação)

	Notas	2021	2020
Receita operacional, líquida	3	8.505	6.833
Custos dos serviços	(6.765)	(5.506)	
Custos com energia elétrica	4	(5.397)	(4.238)
Custos de construção	5	(699)	(676)
Custos de operação	6	(669)	(592)
Lucro bruto		1.740	1.327
Perdas de créditos esperadas	10.2	(90)	(136)
Despesas com vendas	6	(52)	(45)
Outras receitas (despesas) gerais e administrativas	6	(197)	(196)
Lucro operacional antes do resultado financeiro		1.401	950
Resultado financeiro	7	(244)	(123)
Receitas financeiras		156	119
Despesas financeiras		(406)	(272)
Outros resultados financeiros, líquidos		6	30
Lucro antes dos tributos		1.157	827
Tributos sobre o lucro	8.1.1	(335)	(235)
Corrente		(187)	(176)
Diferido		(148)	(59)
Lucro líquido do exercício		822	592
Lucro básico e diluído por ação - R\$	19.2 (a)		
Ordinária		4,03	2,90
Preferencial A		4,44	3,19

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADO ABRANGENTE PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020 (Valores expressos em milhões de reais)

	2021	2020
Lucro líquido do exercício	822	592
Outros resultados abrangentes		
Itens que não serão reclassificados para o resultado:		
Obrigações com benefícios a empregados	142	(185)
Tributos diferidos sobre resultados abrangentes	(48)	63
Total dos itens que não serão reclassificados para o resultado	94	(122)
Itens que serão reclassificados para o resultado:		
Hedge de fluxo de caixa	(56)	17
Transferências de impactos realizados para o lucro líquido	35	1
Tributos diferidos sobre resultados abrangentes	7	(6)
Total dos itens que serão reclassificados para o resultado	(14)	12
Total outros resultados abrangentes do exercício líquido dos tributos	80	(110)
Resultado abrangente do exercício	902	482

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020 (Valores expressos em milhões de reais)

	Reservas de Lucros			Proposta de distribuição de dividendos adicionais		Total
	Capital Social	Reserva de capital	Outros resultados abrangentes	Reserva legal	Reserva de retenção de lucros	
Saldos em 31 de dezembro de 2019	952	766	7	171	771	-
Lucro líquido do período	-	-	-	-	-	592
Outros resultados abrangentes	-	-	(110)	-	-	-
Transações com acionistas						
Juros sobre capital próprio	-	-	-	-	-	(130)
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	-	-	(37)
Dividendos adicionais propostos	-	-	-	-	-	(425)
Saldos em 31 de dezembro de 2020	952	766	(103)	171	771	425
Lucro líquido do período	-	-	-	-	-	822
Aprovação dos dividendos adicionais propostos	-	-	-	-	-	(425)
Outros resultados abrangentes	-	-	80	-	-	80
Transações com acionistas						
Juros sobre capital próprio (nota 19.2 (b))	-	-	-	-	-	(132)
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	-	-	(93)
Dividendos adicionais propostos	-	-	-	-	-	(597)
Saldos em 31 de dezembro de 2021	952	766	(23)	171	771	597

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020 (Valores expressos em milhões de reais, exceto quando indicado)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Elektro Redes S.A. – Neoenergia Elektro (Companhia), concessionária de serviço público de energia elétrica com sede em Campinas - São Paulo - Brasil, é sociedade anônima de capital aberto, listada na B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão e controlada pela Neoenergia S.A. ("NEOENERGIA"). Suas atividades são regulamentadas e fiscalizadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, e compreendem a comercialização, construir e explorar os sistemas de subtransmissão, transformação, distribuição e projeção de energia, e atividades associadas ao serviço de energia elétrica, podendo ainda realizar operações de exportação e importação. A Companhia detém a concessão para distribuição de energia elétrica em 228 municípios, dos quais 223 estão localizados no estado de São Paulo, e os outros 5 no estado de Mato Grosso do Sul, abrangendo uma área de concessão de 121 mil km², a qual é regulada pelo contrato de concessão nº 187/98, com vencimento em 2028. Adicionalmente a Companhia vem atendendo consumidores livres no estado de São Paulo e Mato Grosso do Sul, desde 2002. 1.1 **Coronavírus ("COVID-19"):** a) **Contexto geral:** Em 11 de março de 2020, a Organização Mundial da Saúde (OMS) declarou o surto de Coronavírus (COVID-19) como uma pandemia e desde então vem reforçando a necessidade da adoção de medidas restritivas como um dos pilares de combate à pandemia, principalmente no que diz respeito ao distanciamento social. No Brasil, assim como em outros países do mundo, a pandemia provocou o fechamento de empresas em todos os segmentos, afetou os processos de produção, interrompeu as cadeias de suprimentos e também grande redução do consumo, resultando em um impacto econômico significativo. Desde então a Companhia vem adotando todas as diretrizes de políticas governamentais em resposta à pandemia que vise fornecer alívio financeiro aos contribuintes. A Companhia entende que tais diretrizes devem ser respeitadas, em qualquer circunstância, o direito ao equilíbrio econômico-financeiro das Concessões, em conformidade com o arcabouço legal, as cláusulas contidas nos respectivos Contratos firmados com o Poder Concedente e com as diretrizes divulgadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL. b) **Impacto nas demonstrações financeiras:** Os impactos do COVID-19 estão baseados nas melhores estimativas da Administração, considerando a perspectiva de retorno gradual das atividades econômicas. Com o objetivo de mitigar os impactos e consequentemente nas principais atividades, a Companhia vem monitorando constantemente seus contratos, bem como mantém uma comunicação com o Órgão Regulador do setor elétrico brasileiro para a implementação de diretrizes que garantam a manutenção da sustentabilidade econômico-financeira. O desempenho da Companhia foi afetado nas seguintes rubricas: (i) Faturamento de energia em função da redução da demanda de energia elétrica nos mercados livre e regulado; e (ii) Incremento das Perdas de Créditos Esperadas (PCE) decorrente do aumento do Contas a Receber vencido, tendo em vista a proibição das ações de corte de energia no período compreendido entre 25 de março e 31 de julho de 2020 para classe residencial e serviços essenciais. Essa proibição esteve vigente até 30 de setembro de 2021 para a subclasse baixa renda e unidades consumidoras com equipamentos de home care. As receitas de distribuição de energia estão atreladas principalmente ao fornecimento de energia elétrica e à disponibilização das redes de distribuição. O efeito COVID-19 gerou um impacto negativo no resultado da Companhia, quando comparado a expectativa anterior a pandemia, como segue:

	2021	2020
Retração da demanda de mercado	(104)	(24)
Perdas (Recuperação) de créditos esperadas	(9)	(44)
Lucro operacional	(113)	(68)
Tributos sobre o lucro	38	23
Efeito líquido	(75)	(45)

c) **Medidas sócioeconômicas:** Diante do cenário, provocado pela pandemia, diversas medidas de auxílio econômico e financeiro foram introduzidas pelos três níveis de administração da Federação Brasileira, assim como foram adotadas pela Companhia diversas medidas para a proteção de seus colaboradores e, também de auxílio à sociedade, como, por exemplo: (i) Doação de refrigeradores científicos no montante de R\$ 2, para 218 municípios, capazes de fornecer temperaturas programáveis e constantes entre 2°C e 8°C, essenciais para a conservação das vacinas contra a COVID-19 que estão sendo utilizadas no Brasil. 1.2 **Gestão de Riscos financeiros e operacionais:** A Política de Riscos Financeiros se aplica a todos os negócios que integram o grupo Neoenergia, dentro dos limites previsto aplicável às atividades reguladas que geram exposição a riscos financeiros, devendo ser reproduzida por suas controladas, observando seus respectivos estatutos sociais e a legislação aplicável. Estão incluídas diretrizes e limites específicos para gerenciamento de risco cambial e de commodities, risco de taxas de juros e índices de preços, risco liquidez e risco solvência, assim como a utilização de instrumentos derivativos para fins proteção, cuja utilização para fins especulativos é expressamente proibida. A Política de Risco Operacional em Transações de Mercado estabelece o controle e gestão dos riscos nas transações de longo e curto prazo de gestão de energia e tesouraria. 1.2.1 **Gestão de riscos financeiros: Considerações gerais e políticas internas:** A Política de Gestão de Risco aprovada pelo Conselho de Administração define os princípios, diretrizes e estrutura para gestão de riscos da Companhia, incluindo, mas não se limitando, a gestão dos riscos operacionais e financeiros, com destaque para os riscos de mercado e crédito. Este sistema de gerenciamento de riscos está aderente ao modelo do atual acionista controlador e sua política global de riscos. A estrutura organizacional de controle de gerenciamento de risco de mercado da Companhia é composta pelo Conselho de Administração, Diretoria Executiva Colegiada, Diretoria Financeira, Superintendência de Gestão de Risco, Comitê de Auditoria, além das estruturas de Auditoria Interna e de Controles Internos. A Superintendência de Riscos define as estratégias de mitigação de riscos de mercado envolvendo outras exposições e derivativos, enquanto a Superintendência Corporativa Financeira é responsável pela execução das operações que envolvam derivativos. A interdependência entre as áreas garante um controle efetivo sobre estas operações. A aprovação de operações envol-

vido derivativos é realizada por alçada competente conforme Política de Limites e Alçadas e Estatuto da Companhia. As principais diretrizes em relação a estratégias de hedge, são: • Todo instrumento de dívida denominado ou indexado à moeda estrangeira deverá ser protegido e convertido para Reais por meio de operações de hedge; • O risco de câmbio e de commodities deverá ser controlado e mitigado para todos os projetos de investimento, independentemente do valor; • Instrumentos não-divida com desembolsos sujeitos a exposição cambial deverão ser avaliados e, se considerado necessário, deverão ser realizadas operações de hedge para mitigar o risco cambial; • Avaliar o risco das dívidas em moeda local e, se considerado necessário, contratar operações de hedge para mitigar o risco de taxa de juros, de acordo com o perfil desejado das dívidas pré-fixadas e flutuantes, considerando tanto a indexação natural a índices de preços nas receitas e custos quanto a composição de índices de juros que remuneram carteira de aplicações; • Não é permitida a contratação de derivativos para fins especulativos. Sua utilização é dedicada exclusivamente para fins de hedge; e • Não é permitida a contratação de derivativos "exóticos" nem "alavancados". A Administração entende que está adequada e alinhada às melhores práticas de mercado quanto a estrutura operacional e de controles internos para garantir o cumprimento das diretrizes da Política de Riscos Financeiros e Política de Risco de Crédito. 1.2.1.1 **Gestão de risco de mercado: Risco da taxa de câmbio e preços de commodities:** A Companhia, visando assegurar que oscilações nas taxas de câmbio não afetem seu resultado e fluxo de caixa, possuía em 31 de dezembro de 2021, operações de hedge cambial, para a totalidade de suas dívidas em moeda estrangeira e para seus principais desembolsos e investimentos previstos em moeda estrangeira. As estratégias de hedge cambial estão descritas na nota 21.7. **Risco de taxas de juros:** Este risco é oriundo da possibilidade de perdas financeiras causadas por flutuações nas taxas de juros ou outros indicadores de dívida que impactem principalmente as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos ou os rendimentos das aplicações financeiras. Desta forma, a Companhia monitora continuamente as taxas de juros de mercado com o objetivo de avaliar a eventual necessidade de contratação de proteção contra o risco de volatilidade dessas taxas. As estratégias de hedge de taxas de juros são descritas na nota 21.7. **Risco de inflação:** A elevação das taxas de inflação e eventuais políticas anti-inflacionárias adotadas pelo Governo Federal podem acarretar a elevação das despesas financeiras relacionadas a empréstimos e financiamentos indexados a índices de preços. A Companhia busca manter o equilíbrio entre os ativos e passivos indexados a índices de preços de alta correlação, buscando mitigar eventuais riscos decorrentes da inflação. As estratégias de hedge de índices de inflação são descritas na nota 21.7. 1.2.1.2 **Gestão de risco de liquidez:** O risco de liquidez é associado à possibilidade da Companhia não honrar com seus compromissos nos respectivos vencimentos. A gestão financeira adotada pela Companhia busca constantemente a mitigação do risco de liquidez, tendo como principais pontos o alongamento de prazos dos empréstimos e financiamentos, não concentração de vencimentos, diversificação de instrumentos financeiros e o hedge das dívidas em moeda estrangeira. O permanente monitoramento do fluxo de caixa permite a identificação de eventuais necessidades de captação de recursos com a antecedência necessária para a estruturação e escolha das melhores fontes. Havendo sobras de caixa, são realizadas aplicações financeiras para os recursos excedentes, com o objetivo de preservar e rentabilizar a liquidez da Companhia, de forma que as aplicações sejam alocadas preferencialmente em fundos exclusivos e tenham como diretriz alocar os recursos em ativos de liquidez diária. A Companhia gerencia o risco de liquidez também mantendo adequadas reservas de recursos e linhas de créditos aprovadas com algumas das principais instituições financeiras do país (nota 15.2 c). Adicionalmente, a Companhia acompanha mensalmente, por meio de índices de liquidez, a capacidade de geração de caixa da empresa para honrar com os compromissos assumidos dentro de um período de 12 (doze) meses. Em 31 de dezembro 2021, a Companhia mantém recursos aplicados em caixa e equivalentes de caixa e títulos de valores mobiliários, em montante adequado à cobertura dos seus ciclos operacionais e financeiros. Os fluxos das obrigações da Companhia, por faixa de vencimento, estão sendo apresentados em suas respectivas notas explicativas. Em destaque para as informações de empréstimos e financiamentos e respectivos instrumentos derivativos (nota 15). **Risco de solvência:** O risco de solvência está vinculado à possibilidade de deterioração da situação econômico-financeira que resulte na piora da qualidade de crédito ou na quebra de *covenants* financeiros que possam gerar o vencimento antecipado das dívidas, gerando impacto na classificação de crédito (rating), no custo da dívida e na liquidez. 1.2.1.3 **Gestão de Risco de crédito:** O risco de crédito refere-se à possibilidade da Companhia incorrer em perdas financeiras ou econômicas devido ao não cumprimento de obrigações financeiras ou contratuais de terceiros, como inadimplência ou "não performance" de contrapartes. O resultado da Companhia está exposto a risco de crédito, principalmente no que diz respeito à inadimplência de clientes, de instituições financeiras, e não performance de fornecedores. Esses riscos poderão impactar o resultado da Companhia, principalmente através das provisões contábeis relacionadas aos faturamentos de energia. **Risco de crédito de contrapartes comerciais:** Oriunda da possibilidade da Companhia incorrer em perdas resultantes do não recebimento de valores faturados de suas contrapartes comerciais no negócio de distribuição. Para reduzir este risco e auxiliar no gerenciamento do risco de inadimplência, a Companhia monitora o volume das contas a receber de clientes, solicita garantias e realiza diversas ações de cobrança em conformidade com a regulamentação do setor elétrico. Além disso, para as contrapartes de comercialização de energia, são adotados critérios específicos quanto à avaliação da sua capacidade de crédito e aprovação de limites. **Risco de crédito de instituições financeiras:** Para as operações envolvendo caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários e derivativos, a Companhia segue as disposições da sua Política de Risco de Crédito que tem como objetivo a mitigação do risco através da diversificação junto às instituições financeiras que possuam boa qualidade de crédito. É realizado o acompanhamento da exposição com cada contraparte, sua qualidade de crédito e seus *ratings* de longo prazo publicados pelas agências de *ratings*. O quadro a seguir apresenta os *ratings* de longo prazo em escala nacional publicados pelas

Memória de Cálculo	Ano atual		Ano anterior		Correspondência nas Notas Explicativas (*)
	4T21	2021	4T20	2020	
EBITDA	577	1.698	372	1.188	
(+) Depreciação e Amortização	(73)	(297)	(62)	(238)	Nota 6
(+) Resultado Financeiro	(119)	(244)	(36)	(123)	Demonstrações de resultado
(+) IJR/CS	(99)	(335)	(49)	(235)	Demonstrações de resultado
LUCRO LÍQUIDO	286	822	225	592	Demonstrações de resultado

(*) As notas explicativas correspondem as informações acumuladas apresentadas em R\$ milhões.

DISCLAIMER

Este documento foi preparado pela ELEKTRO S.A. ("Neoenergia Elektro" e/ou "Companhia"), visando indicar a situação geral e o andamento dos negócios da Companhia. O documento é propriedade da Neoenergia Elektro e não deverá ser utilizado para qualquer outro propósito sem a prévia autorização escrita da Neoenergia Elektro. A informação contida neste documento reflete as atuais condições e nosso ponto de vista até esta data, estando sujeitas a alterações. O documento contém declarações que apresentam expectativas e projeções da Neoenergia Elektro sobre eventos futuros. Estas expectativas envolvem vários riscos e incertezas, podendo, desta forma, haver resultados ou consequências diferentes daqueles aqui discutidos e antecipados, não podendo a Companhia garantir a sua realização. Todas as informações relevantes, ocorridas no período e utilizadas pela Administração na gestão da Companhia, estão evidenciadas neste documento e na Informação Demonstrações Financeiras. Demais informações sobre a empresa podem ser obtidas no Formulário de Referência, disponível no site da CVM e no site de Relações com Investidores do Grupo Neoenergia (ri.neoenergia.com).

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020 (Valores expressos em milhões de reais)

	2021	2020
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro líquido do exercício	822	592
Ajustado por:		
Depreciação e amortização	298	238
Baixa de ativos não circulantes	10	39
Tributos sobre o lucro	335	235
Resultado financeiro, líquido	244	123
Valor de reposição estimado da concessão	(281)	(108)
Alterações no capital de giro:		
Contas a receber de clientes e outros	(224)	(33)
Fornecedores e contas a pagar de empreiteiros	(191)	104
Salários, benefícios a empregados e encargos a pagar, líquidos	16	(5)
Ativos e passivos financeiros setoriais, líquidos (Parcela A e outros)	(691)	203
Outros tributos a recuperar (recolher) e encargos setoriais, líquidos	(45)	61
Provisões, líquidas dos depósitos judiciais	(13)	(15)
Outros ativos e passivos, líquidos	9	(33)
Caixa líquido proveniente das operações	289	1.401
Encargos de dívidas pagos (nota 15.2 (c))	(167)	(146)
Instrumentos derivativos recebidos/(pagos), líquidos	20	25
Rendimento de aplicação financeira	29	18
Juros pagos - Arrendamentos	(3)	(3)
Tributos sobre o lucro pagos	(176)	(194)
Caixa gerado (consumido) pelas atividades operacionais	(8)	1.101
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Concessão serviço público (Ativo contratual)	(747)	(683)
Aplicação de títulos e valores mobiliários	(30)	(10)
Resgate de títulos e valores mobiliários	26	12
Caixa gerado (consumido) nas atividades de investimentos	(751)	(681)
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos		
Captação de empréstimos e financiamentos (nota 15.2 (c))	2.550	260
Pagamento dos custos de captação (nota 15.2 (c))	(17)	(3)
Amortização de principal dos empréstimos e financiamentos (nota 15.2 (c))	(1.695)	(533)
Obrigações especiais	67	29
Pagamento de principal - Arrendamentos	(12)	(8)
Instrumentos derivativos recebidos, líquidos	206	190
Dividendos e juros sobre capital próprio pagos aos acionistas (nota 19.2 (b))	(628)	(57)
Caixa gerado (consumido) nas atividades de financiamentos	471	(1.222)
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa no exercício	(288)	298
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	912	614
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	624	912
Transações que não envolveram caixa:		
Encargos financeiros capitalizados ao imobilizado e intangível	8	9
Arrendamentos capitalizados	11	9
Adição e atualização de provisões capitalizadas	9	2
Adições de obrigações especiais - incorporadas por meio de doações de bens	15	17
Fornecedores e contas a pagar de empreiteiros (investimento)	-	10

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020 (Valores expressos em milhões de reais)

	2021	2020
Receitas		
Vendas de energia, serviços e outros	12.274	10.158
Perdas de créditos esperadas	(90)	(136)
	12.184	10.022
Insunsumos adquiridos de terceiros		
Energia elétrica comprada para revenda	(4.079)	(3.338)
Encargos de uso da rede básica de transmissão	(1.865)	(1.299)
Materiais, serviços de terceiros e outros	(951)	(938)
	(6.895)	(5.575)
Valor adicionado bruto	5.289	4.447
Depreciação e amortização	(298)	(238)
Valor adicionado líquido produzido pela entidade	4.991	4.209
Valor adicionado recebido em transferência		
Receitas financeiras	936	1.748
Valor adicionado total a distribuir	5.927	5.957
Distribuição do valor adicionado		
Pessoal		
Remunerações de empregados e administradores (incluindo férias e 13º salário)	236	234
Encargos sociais (

placativas, quando relevantes. As políticas contábeis são consistentes em todos os exercícios apresentados, exceto pela implementação das novas normas, interpretação e orientações relacionadas na nota 2.5 (a). 2.4 **Uso de estimativas e julgamentos:** A preparação das demonstrações financeiras requer o uso de estimativas e julgamentos para determinadas operações que refletem no reconhecimento e mensuração de ativos passivos, receitas e despesas. As premissas utilizadas são baseadas no histórico e outros fatores considerados relevantes, sendo reavaliadas periodicamente pela Administração. Os resultados reais podem divergir dos valores estimados. As estimativas e julgamentos significativos aplicados pela Companhia na preparação destas demonstrações financeiras estão apresentadas nas seguintes notas:

Notas	Estimativas e julgamentos significativos
3.1	Receita de fornecimento de energia não faturada
8.1	Tributos sobre o lucro diferidos
10.2	Perdas de crédito esperadas
11	Ativos e passivos financeiros setoriais
12	Concessão do serviço público (ativo financeiro e ativo contratual)
13	Intangível (vinculado a concessão)
16.1	Provisão para processos judiciais
18.1	Obrigações com benefícios de aposentadoria
21.2	Estimativa de valor justo de ativos financeiros

2.5 **Novas normas e interpretações vigentes e não vigentes:** Os principais normativos alterados, emitidos ou em discussão pelo *International Accounting Standards Board (IASB)* e pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) que são aderentes ao contexto operacional financeiro da Companhia são os seguintes:

a) Alterações em pronunciamentos contábeis em vigor

Norma	Descrição da alteração	Data de vigência
IFRS 9/CPC 48, IAS 39/CPC 08; IFRS 7 / CPC 40; IFRS 4 / CPC 11; e IFRS 16 / CPC 06 (R2).	Adição de novos requisitos de divulgação sobre os efeitos trazidos pela reforma da taxa de juros referenciais (IBOR).	01/01/2021

As alterações em Pronunciamentos que entraram em vigor em 01 de janeiro de 2021 não produziram impactos relevantes nas demonstrações financeiras.

b) Alterações em pronunciamentos com vigência a partir de 2022

Norma	Descrição da alteração	Data de vigência
IAS 37 / CPC 25: Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes.	Especificação de quais custos uma empresa deve incluir ao avaliar se um contrato é oneroso. Os custos diretamente relacionados ao cumprimento do contrato devem ser considerados nas premissas de fluxo de caixa (Ex.: Custo de mão-de-obra, materiais e outros gastos ligados à operação do contrato).	01/01/2022
IAS 16 / CPC 27: Ativo Imobilizado.	Permitir o reconhecimento de receita e custos dos valores relacionados com a venda de itens produzidos durante a fase de testes do ativo.	01/01/2022

As alterações em Pronunciamentos que entrarão em vigor em 01 de janeiro de 2022 não produzirão impactos relevantes nas demonstrações financeiras. Em relação aos normativos em discussão no IASB ou com data de vigência estabelecida em exercício futuro, a Companhia está acompanhando as discussões e até o momento não identificou a possibilidade de ocorrência de impactos significativos.

3. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

	2021	2020
Fornecimento de energia (nota 3.1)	5.771	4.818
Disponibilidade da rede elétrica (nota 3.2)	4.480	4.004
Construção de infraestrutura da concessão	699	676
Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE	240	31
Mecanismo de Venda Excedente - MVE	25	25
Valor de reposição estimado da concessão (1)	281	108
Efeitos de ativos e passivos financeiros setoriais (nota 3.3)	691	418
Outras receitas (nota 3.4)	112	78
Receita operacional bruta	12.274	10.158
(-) Deduções da receita bruta (nota 3.5)	(3.769)	(3.325)
Receita operacional, líquida	8.505	6.833

(1) Atualização do ativo financeiro decorrente da parcela indenizável da concessão, pela Base de Remuneração Regulatória (BRR).

Reajuste Tarifário Anual - IRT 2021: A diretoria da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) homologou em 24 de agosto de 2021, o Reajuste Tarifário Anual da Companhia, com vigência a partir de 27 de agosto de 2021, conforme a Resolução Homologatória ANEEL nº 2.927/2021. O efeito médio para os consumidores é de 11,49%, sendo que para os consumidores da alta tensão, 8,84%, enquanto para os da baixa tensão, 12,89%. O uso dos créditos tributários referentes à exclusão do ICMS da base do PIS/COFINS, bem como a antecipação da reversão para modicidade tarifária das receitas de ultrapassagem de demanda e excedente reativo constituídas até julho/2021, contribuíram para redução do efeito médio para o consumidor, enquanto o reajuste dos itens da Parcela B foi integralmente aplicado a partir de agosto/2021. A variação da parcela A foi de 0,4%, totalizando R\$ 20, impactada principalmente pela redução de -17,8% nos custos de transmissão e pelo aumento de 3,7% nos custos com compra de energia, sendo a participação no IRT de 0,28%. O preço médio de repasse dos contratos de compra de energia foi definido em R\$ 217,54 MWh, já a variação da parcela B foi de 32,5%, totalizando R\$ 2.432, reflexo da inflação acumulada (IGP-M) desde o último reajuste de 33,83%, deduzida do fator X de 1,34%, sendo a participação no IRT de 8,33%. A participação dos componentes financeiros e efeito da retirada dos financeiros anteriores foram de 1,73% e 1,15%, respectivamente, totalizando um efeito médio para o consumidor de 11,49%. **Bandeira Tarifária - Escassez Hídrica:** Em agosto de 2021, através da Resolução, nº 3, a Câmara de Regras Excepcionais para Gestão Hidroenergética (CREG), determinou que a ANEEL implementasse patamar específico de Bandeira Tarifária, denominado Bandeira Escassez Hídrica, no valor de R\$ 142,00/MWh. Até dezembro de 2021 a Companhia faturou R\$ 435 a título de Bandeira de Escassez Hídrica. Esse patamar foi criado para custear com recursos da bandeira tarifária os custos excepcionais do acionamento de usinas térmicas e da importação de energia, previstos no anexo da referida resolução. A cobrança valerá para todos os consumidores do Sistema Interligado Nacional - SIN de setembro de 2021 a abril de 2022, com exceção da subclasse residencial baixa renda beneficiária da tarifa social de energia elétrica, que continuará pagando com os mesmos descontos que já têm nas tarifas, de 10% a 65%, dependendo da faixa de consumo, a bandeira acionada mensalmente pela ANEEL, amarela ou vermelhas 1 e 2, conforme demonstrado na tabela abaixo.

Bandeiras	2021		2020	
	Consumidores SIN (Exceto Baixa Renda)	Baixa Renda	Consumidores	
Jan	Amarela	Amarela	Amarela	
Fev	Amarela	Amarela	Verde	
Mar	Amarela	Amarela	Verde	
Abr	Amarela	Amarela	Verde	
Mai	Vermelha Patamar I	Vermelha Patamar I	Verde	
Jun	Vermelha Patamar II	Vermelha Patamar II	Verde	
Jul	Vermelha Patamar II	Vermelha Patamar II	Verde	
Ago	Vermelha Patamar II	Vermelha Patamar II	Verde	
Set	Escassez Hídrica	Vermelha Patamar II	Verde	
Out	Escassez Hídrica	Vermelha Patamar II	Verde	
Nov	Escassez Hídrica	Amarela	Verde	
Dez	Escassez Hídrica	Verde	Vermelha Patamar II	

No ano de 2021, os valores dos adicionais das bandeiras tarifárias foram definidos conforme detalhamento da tabela a seguir:

Patamares	De julho a agosto/2021		A partir de setembro/2021	
	Até junho/2021 REH nº 2.628/2019 RS/MWh	REH nº 2.888/2021 RS/MWh	Resolução nº 3 MME RS/MWh	RS/MWh
Verde	-	-	Não altera	-
Amarela	13,43	18,74	Não altera	-
Vermelha Patamar I	41,69	39,71	Não altera	-
Vermelha Patamar II	62,43	94,92	Não altera	-
Escassez Hídrica	-	142	-	-

3.1 Fornecimento de energia elétrica:

	GWh		R\$	
	2021	2020	2021	2020
Residencial	5.159	5.099	4.086	3.538
Comercial	2.078	2.074	1.711	1.482
Industrial	1.222	1.219	900	784
Rural	1.133	1.115	606	511
Poder público	286	279	218	178
Iluminação pública	518	529	278	210
Serviços públicos	480	554	375	357
Consumo próprio	8	8	-	-
Fornecimento não faturado	-	-	12	66
Transferência - Disponibilidade da rede elétrica	-	-	(3.092)	(2.827)
Subvenções Subsídios governamentais (1)	-	-	677	519
Total	10.884	10.877	5.771	4.818

(1) A Lei nº 12.783 de 11 de janeiro de 2013, determinou que os recursos relacionados à subvenção baixa renda bem como outros descontos tarifários passassem a ser subsidiados integralmente por recursos oriundos da CDE. No exercício de 2021, foi registrada receita de R\$ 677 (R\$ 519 em 2020), sendo: (i) R\$ 69 (R\$ 77 em 2020) referentes à subvenção baixa renda, (ii) R\$ 465 (R\$ 397 em 2020) referentes à subvenção CDE, (iii) R\$ 95 (R\$ 0 em 2020) referente à subvenção bônus crise hídrica e (iv) R\$ 48 (R\$ 45 em 2020) de subvenção CCRBT.

3.2 **Disponibilidade da rede elétrica:** A receita com Tarifa de Uso do Sistema de Distribuição ("TUSD") refere-se basicamente a venda de energia para consumidores livres e cativos com a cobrança de tarifa pelo uso da rede de distribuição.

	2021	2020
Consumidor livre	1.388	1.177
Consumidor cativo (1)	3.092	2.827
Total	4.480	4.004

(1) Receitas referentes à disponibilidade da infraestrutura da rede elétrica, calculadas com base na TUSD por classe de consumo, reajustadas a partir de 24 de agosto de 2021, conforme a Resolução Homologatória ANEEL nº 2.927/2021 (nota 3).

3.3 Efeitos de ativos e passivos financeiros setoriais:

	2021	2020
CVA e neutralidade		
Energia (ii)	263	135
Encargos de Serviços do Sistema - ESS (ii)	314	61
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	74	67
Tarifa de Uso do Sistema de Transmissão - TUST (iii)	38	67
Neutralidade de encargos setoriais	39	13
PROINFA	(28)	(28)
Total	728	313

Componentes financeiros e subsídios	2021	2020
Repasse de sobrecontratação (iv)	(37)	(171)
Risco hidrológico	(69)	(41)
Ultrapassagem de demanda/excedente reativo (v)	22	(23)
Compensação ref. acordos bilaterais de CCEAR	(32)	(8)
Passivo conta COVID (vi)	3	-
Crédito PIS/COFINS sobre ICMS (vii)	88	-
Crédito Consumidor Reversão para modicidade	(9)	-
Outros	(3)	4
Total	(37)	103
	691	418

(i) Energia CVA ativa, decorrente das diferenças a maior entre os custos incorridos em relação à cobertura tarifária ANEEL, com destaque para o aumento das despesas dos contratos regulados de compra de energia por disponibilidade, devido à elevação dos custos com o acionamento das usinas termelétricas, e os eventos financeiros de contabilização da CCEE no curto prazo em 2021, e ainda que minimizada pela reversão dos valores das bandeiras tarifárias, e de escassez hídrica conforme determinado pela ANEEL, resultando uma CVA mais ativa neste ano; (ii) Encargos do Serviço do Sistema - ESS; CVA ativa, decorrente das diferenças a maior entre os custos incorridos em relação à cobertura tarifária ANEEL, com destaque para o aumento do Encargo por Segurança Energética e do Encargo por Ultrapassagem da Curva de Aversão ao Risco (ESS_CAR), devido ao maior acionamento das usinas termelétricas em 2021, e ainda que minimizada pela reversão dos valores das bandeiras tarifárias, e de escassez hídrica, conforme determinado pela ANEEL, resultando uma CVA mais ativa neste ano; (iii) Tarifa de Uso do Sistema de Transmissão TUST - Rede Básica; CVA ativa, em função da REH

nº 2.726/2020, com vigência de 1º de julho 2020 até 30 de junho de 2021, realizar acima da cobertura tarifária ANEEL, e reduzida pela REH nº 2.896/2021, com vigência a partir de 1º de julho de 2021, que estabeleceram os reajustes das tarifas de uso do sistema de transmissão; (iv) **Repasse de sobrecontratação:** A Companhia apurou o ajuste financeiro de sobrecontratação, sendo reconhecido o valor a menor entre os períodos, decorrente da diminuição da constituição destinada a anular os efeitos sobre o resultado obtido com a compra e venda do excedente de energia no mercado de curto prazo e da amortização dos saldos homologados entre os processos de reajuste tarifário. O resultado das sobras de 2,51% acima do requisito registrado no exercício, ficou enquadrado no limite regulatório estabelecido pela ANEEL, sem efeitos financeiros da sobrecontratação acima dos 5%. Além disso, foi reconhecido o valor de R\$ 1 relativo aos resultados do Mecanismo de Venda de Excedentes - MVE; (v) **Ultrapassagem de demanda/excedente reativo:** Reconhecimento da receita decorrente da reversão de ultrapassagem de demanda e excedente reativo no reajuste tarifário de 27 de agosto de 2021; (vi) **Passivo conta COVID:** Constituição ativa do componente financeiro, correspondente à amortização do saldo do ativo financeiro setorial previsto no inciso V do caput do art. 3º, em função do mercado futuro, conforme estabelecido na REN ANEEL nº 885/2020; e (vii) **Crédito PIS/COFINS sobre ICMS:** Reconhecimento da antecipação da reversão dos valores oriundos de créditos decorrentes da exclusão do ICMS da base de cálculo PIS/COFINS, como componente financeiro negativo extraordinário, a ser compensado com base no recolhimento dos tributos pelo montante total habilitado pela Receita Federal do Brasil - RFB. A ANEEL reconheceu, no reajuste tarifário de 2021, R\$ -273 a título de antecipação de Crédito PIS/COFINS sobre ICMS, sendo constituído pela concessão até dezembro de 2021, o valor ativo de R\$ 88 em contrapartida da redução da receita.

3.4 Outras receitas:

	2021	2020
Arrendamentos e alugueis	98	62
Serviço taxado	2	2
Taxa de iluminação pública	7	7
Outras receitas	5	7
Total	112	78

3.5 Deduções de receita bruta:

	2021	2020
Tributos		
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS	(1.703)	(1.453)
Programa de Integração Social - PIS e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS	(975)	(884)
Imposto Sobre Serviços - ISS	(1)	(1)
	(2.679)	(2.338)

	2021	2020
Encargos setoriais		
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	(952)	(874)
Programa de Eficiência Energética - PEE	(37)	(31)
Encargos do consumidor - PROINFA e CCRBT	(56)	(46)
Outros encargos (1)	(45)	(36)
	(1.090)	(987)
	(3.769)	(3.325)

(1) Consideram os seguintes encargos: Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico-FNDCT, Empresa de Pesquisa Energética - EPE, Pesquisa e Desenvolvimento - P&D e Taxa de Fiscalização do Serviço de Energia Elétrica - TFSSE.

3.6 **Política contábil e julgamentos críticos:** a) **Política contábil:** A receita é reconhecida quando o controle de cada obrigação de desempenho é transferido para o cliente e podem ser mensuradas de forma confiável, que geralmente ocorre no ato da entrega do produto ou quando o serviço é prestado. A receita é mensurada pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber por cada obrigação de desempenho, considerando quaisquer as estimativas de contraprestações variáveis, tais como restituições, concessões de preços, incentivos, bônus de desempenho, penalidades ou outros itens similares. A receita de fornecimento de energia elétrica é mensurada de acordo com o calendário de leitura estabelecido, considerando a quantidade de energia utilizada pelo cliente e a tarifa de energia vigente. A receita de construção de infraestrutura da concessão é reconhecida ao longo do tempo, de acordo com a satisfação das respectivas obrigações de desempenho estabelecidas entre o cliente e a Companhia, considerando o atendimento de um dos seguintes critérios estabelecidos pela norma: (i) o cliente recebe e consome simultaneamente os benefícios gerados; (ii) a obrigação de desempenho cria ou melhora o ativo que o cliente controla à medida que o ativo é criado ou melhorado; (iii) a obrigação de desempenho não cria um ativo com um uso alternativo para a entidade e a Companhia possui direito executável ao pagamento pelo desempenho concluído até a data presente. Considerando que o modelo regulatório vigente não prevê remuneração específica para a construção ou melhoria da infraestrutura da concessão, que as construções e melhorias são substancialmente executadas por meio de serviços especializados de terceiros, e que toda receita de construção está relacionada à construção de infraestrutura, a Administração da Companhia decidiu registrar a receita de contratos de construção com margem de lucro zero. A Companhia poderá vender o excedente de energia contratada no Ambiente de Contratação Livre (ACL), onde a comercialização de energia elétrica ocorre por meio de livre negociação de preços e condições entre as partes. A receita de operações de venda de energia na CCEE e de transações no mercado de curto prazo estão reconhecidas pelo valor justo da contraprestação a receber no momento em que as transações ocorrem. O preço da energia nessas operações tem como característica o vínculo com o Preço de Liquidação de Diferenças ("PLD"). As subvenções governamentais são reconhecidas no resultado dos exercícios nos quais a Companhia reconhece como receita os descontos concedidos relacionados à subvenção baixa renda e outros descontos tarifários, bem como os subsídios referentes aos valores recebidos para cobertura de despesas incorridas (aporte CDE), bandeira tarifária e bônus da crise hídrica. As subvenções recebidas referentes à compensação de descontos concedidos têm a finalidade de oferecer suporte financeiro imediato. As subvenções que visam compensar a Companhia por despesas incorridas são registradas em uma base sistematizada durante os períodos em que as despesas correlatas são incorridas, a menos que as condições para o recebimento da subvenção sejam atendidas após o reconhecimento das despesas relacionadas. Nesse caso, a subvenção é reconhecida quando se torna recebível.

b) **Estimativas e julgamento crítico:** A receita de fornecimento de energia não faturada corresponde à energia elétrica entregue e não faturada ao consumidor, e é calculada em base estimada, até a data do balanço. Essa estimativa de receita não faturada é calculada utilizando como base o volume total de energia disponibilizada no mês e a energia injetada. A receita de construção de infraestrutura da concessão, considerando o modelo regulatório vigente, que não prevê remuneração específica para a construção ou melhoria da infraestrutura da concessão, a Administração da Companhia estima que as premissas de margem dessas obrigações de desempenho é 0% (zero por cento). Companhia reavalia estas premissas com suporte de seus consultores internos e externos, no mínimo uma vez por ano, no tocante às expectativas de recebimentos da obrigação de desempenho de construção e melhoria da infraestrutura. Para a receita de venda de energia na CCEE, a Companhia utiliza-se da medição prévia da Usina extraída do sistema de coleta de dados de energia da CCEE, prévia da perda interna com base no histórico e perda da rede básica, contratos de compra e venda definidos no curto prazo além daqueles vigentes à época, valor do PLD (realizado e previsto) divulgado pela CCEE e prévia do GSF de acordo com as informações disponibilizadas pelo ONS.

4. CUSTOS COM ENERGIA ELÉTRICA

	GWh		R\$	
	2021	2020	2021	2020
Compra para revenda				
Energia adquirida no Ambiente de Contratação Regulado - ACR (i)	6.682	6.669	(1.752)	(1.165)
Custos variáveis do Mercado de Curto Prazo - MCP (ii)	-	-	(824)	(336)
Energia curto prazo - PLD (1) e MRE (2) (iii)	90	109	45	(258)
Contratos por cotas de garantia física	3.258	3.260	(378)	(357)
Energia Itaipu	2.711	2.833	(956)	(992)
Cotas das Usinas Angra I e Angra II	516	529	(119)	(151)
Outros	257	261	(95)	(79)
Subtotal	13.514	13.661	(4.079)	(3.338)
Créditos de PIS e COFINS	-	-	371	281
Total	13.514	13.661	(3.708)	(3.057)

Encargos de uso dos sistemas de distribuição e transmissão

Encargos de rede básica	(1.094)	(1.013)
Encargos de transporte	(78)	(83)
Encargos de conexão	(79)	(80)
Encargo de Serviço do Sistema - ESS (iv)	(616)	(76)
Encargo de Energia de Reserva - EER (v)	40	(11)
Outros encargos	(38)	(36)
Subtotal	(1.865)	(1.299)
Créditos de PIS e COFINS	176	118
Total	(1.689)	(1.181)
	(5.397)	(4.238)

(1) PLD - Preço de Liquidação de Diferenças. (2) MRE - Mecanismo de Realocação de Energia. (3) O acréscimo do custo de energia adquirida no ACR é decorrente do aumento dos custos de custos compulsórias, do reajuste das tarifas dos geradores, do início de novos contratos e principalmente da parcela variável impactada diretamente pelo PLD, em virtude do maior acionamento da geração de usinas térmicas em decorrência da crise hídrica; (iii) Menor disponibilidade de águas nos grandes reservatórios hidroelétricos aumentou o custo com o Risco Hidrológico e o consequente despacho das térmicas aumentou o custo com o Condomínio Virtual; (iii) Redução decorrente da equalização do PLD em 2021 gerando menos excedente financeiro, o que não ocorreu em 2020, onde houve um aumento de Excedente Financeiro devido a diferença de PLD entre Submercados e, também, pelo menor volume de compra de energia no MCP; (iv) Aumento da geração de usinas térmicas com vistas a garantir a segurança do suprimento energético nacional, em virtude da determinação do Comitê de Monitoramento do Setor Elétrico (CMSE) junto à ONS; e (v) Em 2021 foi impactado pelo repasse do Excedente de Energia de Reserva, com o PLD em patamares elevados e das expectativas de geração das usinas contratadas no âmbito da Energia de Reserva, tais fatores influenciam diretamente na entrada de recurso na conta.

5. CUSTO DE CONSTRUÇÃO

	2021	2020
Pessoal	(116)	(135)
Material	(337)	(333)
Serviços de terceiros	(134)	(139)
Juros sobre obras em andamento	(8)	(10)
Outros	(186)	(105)
Obrigações especiais	82	46
Total	(699)	(676)

6. CUSTOS DE OPERAÇÃO E DESPESAS OPERACIONAIS

	Custos de operação com vendas		Despesas operacionais		Outras Receitas/Despesas gerais e administrativas		Total
	2021	2020	2021	2020	2021	2020	2021
Custos/Despesas							
Pessoal (1) (nota 6.1)	(278)	(9)	(71)	(358)	-	(4)	(4)
Administradores	-	-	(67)	(171)			

A amortização da Mais-Valia, líquida da reversão da provisão e do crédito fiscal correspondente, resulta em efeito nulo no resultado do exercício e, conseqüentemente, na base de cálculo dos dividendos mínimos obrigatórios. A Mais-Valia está sendo amortizada mensalmente pelo período remanescente de exploração da concessão/autorização, conforme curvas abaixo:

	2022	2023	2024	2025	2026	Entre 2027 e 2031
	1,5003	1,2751	1,0109	0,9785	0,9574	1,4321

8.3 Outros Tributos: 8.3.1 Outros tributos a recuperar:

	2021	2020
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS	116	121
Programa de Integração Social - PIS (i)	100	-
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS (i)	459	-
Total	675	121
Circulante	74	51
Não circulante	601	70

8.4 Ressarcimento a consumidores – Tributos federais: Em março de 2017, o Supremo Tribunal Federal ("STF") concluiu o julgamento do Recurso Extraordinário nº 574.706-PR, em sede de repercussão geral, confirmando que o ICMS não compõe a base de cálculo do PIS e da COFINS. A União Federal apresentou embargos de declaração buscando a modulação dos efeitos e a definição do valor do ICMS que será excluído da base de cálculos dessas contribuições. Em maio de 2021, o STF julgou os Embargos, acolhendo-os em parte para (i) modular no tempo a decisão de inconstitucionalidade, cujos efeitos se darão após 15.03.2017 (data do julgamento do mérito do *leading case*), exceto para ações judiciais ou administrativas protocoladas até a referida data; e (ii) fixar que a parcela do ICMS a ser expurgada da base de cálculo das contribuições é aquela destacada no faturamento, e não a efetivamente paga. A Companhia constituiu um item no valor de R\$ 493, referente à processo ajuizado cuja decisão judicial ainda não transitou em julgado. Entretanto, a Companhia, após análise criteriosa do processo, observou semelhanças frente às ações transitadas em julgado para os quais outras subsidiárias do grupo Neoenergia já obtiveram êxito e estão alinhadas com as decisões de mérito e dos Embargos de Declaração no STF. Concomitantemente ao reconhecimento do ativo de PIS e de COFINS, a Companhia constituiu um passivo decorrente da adoção de cautela necessária e devida prudência frente ao possível entendimento da ANEEL de que os montantes a serem apropriados por meio de compensação dos créditos fiscais reconhecidos deverão ser integralmente repassados aos consumidores, segundo a interpretação da Agência dos termos das normas regulamentares do setor elétrico e do contrato de concessão. O tema, contudo, segue sob consulta pública da Agência, ainda não concluída até a presente data. O passivo é constituído pelo mesmo montante do ativo e os valores do ativo e do passivo estão atualizados pela taxa SELIC. A Companhia vem adotando os procedimentos de recuperação do crédito tributário de acordo com a regulamentação expedida pela RFB. O eventual repasse aos consumidores dependerá do efetivo aproveitamento do crédito tributário pela Companhia e será efetuado conforme normas regulatórias a serem ainda editadas pela ANEEL. A Companhia mantém o recolhimento dos referidos tributos até que suas ações judiciais possuam o mérito transitado em julgado, com respectivo reconhecimento de um ativo tributário e um passivo de ressarcimento do mesmo montante. Apresentamos a seguir a movimentação do Ressarcimento a consumidores:

	2021	2020
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS	198	166
Programa de Integração Social - PIS	6	8
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS	25	35
Impostos e contribuições retidos na fonte	12	23
Outros tributos a recolher	241	232
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	43	61
Programa de Eficiência Energética - PEE	84	77
Outros	96	72
Encargos setoriais	223	210
Total	464	442
Circulante	392	341
Não circulante	72	101

(i) Impacto do Ressarcimento a consumidores no valor de R\$ 96 e 445 para PIS e COFINS, respectivamente (nota 8.4).

8.3.2 Outros tributos e encargos setoriais a recolher:

	2021	2020
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS	198	166
Programa de Integração Social - PIS	6	8
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS	25	35
Impostos e contribuições retidos na fonte	12	23
Outros tributos a recolher	241	232
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	43	61
Programa de Eficiência Energética - PEE	84	77
Outros	96	72
Encargos setoriais	223	210
Total	464	442
Circulante	392	341
Não circulante	72	101

(i) Em agosto de 2020, a ANEEL publicou o Despacho nº 2.508, que estabeleceu os valores de exposições a serem tratadas como involuntárias, no âmbito da compra de energia das distribuidoras, relativas ao biênio 2016/2017. Tempestivamente, a Companhia interps recurso administrativo quanto a esses valores, contestando os critérios adotados no seu cálculo. Houve evolução da discussão acerca da sobrecontratação involuntária devido à Covid (CP 35/2020), que impactou nas apurações de sobrecontratação do ano de 2020. (2) Reconhecimento do componente financeiro de risco hidrológico passivo, decorrente da constituição da devolução da previsão de cobertura dos riscos hidrológicos, em conformidade com as regras estabelecidas pela REN 845/2019, e da amortização do saldo homologado pela ANEEL nos processos de reajuste tarifário. (3) O repasse nas tarifas dos Créditos do PIS/COFINS sobre ICMS ainda será matéria de regulamentação pela ANEEL no âmbito da Consulta Pública nº 05/2021, contudo a ANEEL autorizou o uso antecipado dos valores em situações excepcionais, nos quais haja possibilidade de aumento tarifário expressivo. Nesse sentido, foi reconhecido no processo de Reajuste Tarifário 2021, a antecipação da reversão dos valores oriundos desses créditos como componente financeiro negativo, cujo diferimento para os próximos 12 meses, de agosto/21 a julho/22, está lastreado à expectativa de compensações futuras desses créditos junto à Receita Federal. A movimentação dos saldos de ativos e passivos setoriais da concessão estão apresentados como segue:

	Direito	Obrigações	Efeito líquido		Direito	Obrigações	Efeito líquido
Saldo em 31 de dezembro de 2019							
Constituição	1.436	(1.089)	347		743	(754)	(11)
Amortização (Índice de Reposicionamento Tarifário)	(867)	938	71		(867)	938	71
Atualização monetária	18	(16)	2		18	(16)	2
Antecipação conta COVID (1)	(808)	194	(614)		(808)	194	(614)
Transferências	-	(7)	(7)		-	(7)	(7)
Saldo em 31 de dezembro de 2020							
Constituição (2)	522	(734)	(212)		522	(734)	(212)
Amortização (Índice de Reposicionamento Tarifário)	(409)	665	256		(409)	665	256
Atualização monetária	42	(28)	14		42	(28)	14
Transferências	146	(146)	-		146	(146)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2021							
	1.241	(748)	493		1.241	(748)	493

(1) No exercício de 2020, a Companhia recebeu o montante de R\$ 614 captados pela CCEE e repassados pela conta COVID às distribuidoras de energia elétrica, nas contas correntes vinculadas ao repasse de modicidade tarifária da Conta de Desenvolvimento Energético - CDE, referente aos ativos regulatórios declarados no Termo de Aceitação e contabilizados nos termos da Resolução Normativa nº 885, de 23 de junho de 2020. (2) Em 2021, a Companhia constituiu o saldo no montante de R\$ 435, com destaque para a CVA de Energia, devido ao aumento das despesas dos contratos regulados de compra de energia por disponibilidade, decorrente da elevação dos custos com o acionamento das usinas termelétricas e do aumento dos eventos financeiros de contabilização da CCEE no curto prazo, além da CVA de ESS, em função do aumento do Encargo de Segurança Energética (ESS) e do Encargo por Ultrapassagem da Curva de Aversão ao Risco (ESS_CAR), devido ao maior acionamento das usinas termelétricas em 2021. A partir dos processos tarifários de 2021, está ocorrendo a inclusão de um novo componente do Encargo CDE, denominado CDE - CONTA COVID, relacionado ao pagamento do empréstimo da Conta COVID, conforme disposto no Decreto nº 10.350/2020, destinado a receber os recursos de operação financeira para alívio do caixa das distribuidoras em 2020, decorrente da parcela alocada na TE e na TUSD. Para o consumidor, a iniciativa representa a postergação e o parcelamento de impactos tarifários, diluídos em 60 meses por meio da CDE - CONTA COVID. Até o final do exercício de 2021, a Companhia efetuou o pagamento de R\$ 102 para amortização da operação financeira para alívio do caixa das distribuidoras em 2020, decorrente da parcela alocada na TE e na TUSD. Para o consumidor, a iniciativa representa a postergação e o parcelamento de impactos tarifários, diluídos em 60 meses por meio da CDE - CONTA COVID.

11.1 Política contábil e julgamentos críticos: a) **Política contábil:** Os ativos e passivos financeiros setoriais são mensurados ao custo amortizado (nota 21.1). Os ativos financeiros contemplam desde o seu reconhecimento inicial a expectativas de riscos de inadimplência e estimativas de glosa pelo Poder Concedente. As atualizações monetárias dos ativos e passivos financeiros setoriais são efetuadas pela taxa SELIC, conforme PRORET. b) **Estimativas e julgamentos críticos:** O valor presente dos direitos e obrigações serão efetivamente liquidados por ocasião do próximo período tarifário ou, em caso de extinção da concessão com a existência de saldos apurados que não tenham sido recuperados e/ou repassados, serão incluídos na base de indenização já prevista quando da extinção, por qualquer motivo, da concessão. A Companhia, em conjunto com os assessores econômicos e regulatórios, revisa no final de cada exercício, as premissas e expectativas de homologação pelo Poder Concedente.

10. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES E OUTROS

	2021		2020	
	Perda de créditos esperadas	Contas a receber, líquidos	Perda de créditos esperadas	Contas a receber, líquidos
Fornecimento de energia (nota 10.1)	1.601	(177)	1.424	1.404
Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE	-	-	-	26
Disponibilidade da rede elétrica	532	-	532	445
Subvenções e subsídios governamentais	160	-	160	84
Outros recebíveis	32	(7)	25	(5)
Total	2.344	(184)	2.160	1.995
Ativo circulante			2.109	1.797
Ativo não circulante			51	32

10.1 Fornecimento de energia: A composição do contas a receber de fornecimento de energia, por classe de consumidor, está demonstrada como segue:

	2021		2020	
	Perdas de créditos esperadas	Receível	Perdas de créditos esperadas	Receível
Residencial	481	(78)	385	(60)
Comercial	147	(20)	118	(27)
Industrial	208	(62)	204	(56)
Rural	58	(6)	44	(5)
Poder público	38	(5)	42	(3)
Iluminação pública	30	(1)	22	(5)
Serviço público	66	(2)	50	(7)
Não faturado	573	(3)	539	(3)
Total	1.601	(177)	1.404	(161)

O aging do contas a receber de fornecimento de energia elétrica está apresentado como segue:

	2021		2020	
	Perdas de créditos esperadas	Receível	Perdas de créditos esperadas	Receível
A vencer	1.116	(34)	990	(25)
Saldos vencidos:	485	(143)	414	(136)
90 dias	272	(24)	225	(20)
Entre 91 e 180 dias	47	(22)	37	(25)
Entre 181 e 360 dias	55	(43)	67	(47)
Acima de 361 dias	111	(54)	85	(44)
Total	1.601	(177)	1.404	(161)

10.2 Variação das Perdas de Créditos Esperadas - PCE:

	12 meses findos em	
	2021	2020
Saldo inicial do exercício	(166)	(138)
Efeito reconhecido no resultado do período	(90)	(136)
Baixa efetiva dos recebíveis incobráveis	72	108
Saldo final do exercício	(184)	(166)

10.3 Subvenções e subsídios governamentais: Programa de Incentivo à Redução Voluntária do Consumo de Energia Elétrica: Em 31 de agosto de 2021, a Câmara de Regras Excepcionais para Gestão Hidroenergética (CREG), emitiu a Resolução nº 2, que instituiu o Programa de Incentivo à Redução Voluntária do Consumo de Energia Elétrica para unidades consumidoras do Sistema Interligado Nacional. O objetivo é atender ao Sistema Interligado Nacional - SIN, em meio a crise hídrica que afeta os reservatórios das usinas hidrelétricas. O programa, de caráter "excepcional e temporário", terá duração até 30 de abril de 2022 e prevê o pagamento de bônus de R\$ 50 (cinquenta reais) para cada 100 kWh economizados, para os consumidores que apresentem redução do consumo entre 10% a 20%, no período de 01 de setembro a 31 de dezembro de 2021, comparado com o mesmo período de 2020. Esse bônus vai ser concedido diretamente nas faturas de energia elétrica de cada consumidor, a partir do mês de janeiro. Até 31 de dezembro de 2021, o montante estimado de bônus a conceder aos consumidores é de R\$ 95 (nota 17), sendo neutralizado no resultado com o valor a receber em subvenções.

10.4 Política contábil e julgamentos críticos: a) **Política contábil:** O contas a receber são ativos financeiros mensurados ao custo amortizado (nota 21.1) e são reconhecidos quando o recebimento do valor da contraprestação é incondicional, deduzidos das perdas de créditos esperadas. A Companhia reconhece perdas de créditos esperadas para contas a receber de clientes em montante considerado suficiente pela Administração, baseado em estimativas e julgamentos críticos. b) **Estimativas e julgamentos críticos:** A Companhia mensura as perdas de créditos esperadas para contas a receber de clientes de curto prazo por meio da utilização de matriz de provisões baseada na experiência de perda de crédito histórica não ajustada, quando tal informação representa a melhor informação razoável e sustentável, ou ajustada com base em dados observáveis atuais para refletir os efeitos das condições atuais e futuras para cada linha de negócio operado pela Companhia. A Companhia utiliza a abordagem de mensuração através de uma matriz de provisão que considera o histórico de inadimplência dos últimos 5 anos. São considerados os históricos de forma segregada em faturamento regular, parcelamentos e faturas de fraude, por classe de consumo (residencial, industrial, comercial, rural, poder público, iluminação pública e serviço público). Além disso, há uma análise individual dos processos judiciais com avaliação da probabilidade de perda e respectiva provisão esperada. Acima de 12 meses a matriz considera perda integral. Para os grandes consumidores há uma análise individualizada, que avalia as perdas com base nas negociações e respectiva situação financeira.

11. ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS SETORIAIS (PARCELA A E OUTROS)

As tarifas que as concessionárias e permissionárias são autorizadas a cobrar de seus consumidores são revistas pela ANEEL: (i) anualmente na data de aniversário do contrato de concessão, para efeito de reajuste tarifário; e (ii) a cada cinco anos, em média, para efeito de recomposição da Parcela B (custos gerenciais) e ajuste da Parcela A (custos não gerenciais) de determinados componentes tarifários. Esse mecanismo de definição de tarifa pode originar diferença temporal que decorre da diferença entre os custos orçados e incluídos na tarifa no início do período tarifário, e aqueles que são efetivamente incorridos ao longo do período de vigência da tarifa. Essas diferenças constituem direitos ou obrigações, em observância ao princípio do equilíbrio econômico e financeiro estabelecido pelo contrato de concessão e permissão. A composição dos ativos e passivos setoriais, que nas demonstrações financeiras estão apresentados pelo valor líquido no ativo ou passivo em conformidade aos reajustes tarifários homologados ou a serem homologados encontra-se demonstrada a seguir:

	2021	2020
Saldo inicial do exercício		
Reajuste de sobrecontratação (1)	(112)	(112)
Risco hidrológico (2)	(311)	(311)
Ultrapassagem de demanda/excedente reativo	(204)	(204)
Passivo conta COVID	(3)	(3)
Crédito PIS/COFINS sobre ICMS (3)	90	90
Outros	5	(53)
Total	1.241	(748)
Valores homologados pela ANEEL (em reversão)	475	(461)
Valores a serem homologados pela ANEEL (em constituição)	766	(287)
Total	1.241	(748)
Ativo circulante		
Ativo não circulante		
Passivo circulante		
Passivo não circulante		

(1) Referem-se ao direito contratual das distribuidoras de energia de receber caixa dos usuários pelos serviços de construção ou melhoria do sistema de distribuição de energia elétrica, quando da entrada em operação dos respectivos ativos. Quando da conclusão da construção da infraestrutura, tais ativos passarão a ser classificados como Ativo financeiro indenizável ou como Ativo intangível, conforme a forma de remuneração. (2) Referem-se a direitos contratuais classificados como ativo contratual até a conclusão da obrigação de desempenho estabelecida no contrato de concessão.

13. INTANGÍVEL

As variações do intangível, por natureza, estão demonstradas como segue:

	2021	2020
Saldo em 31 de dezembro de 2020		
Concessão	4.96%	1.581
Baixas	(22)	(22)
Amortização	(256)	2
Transferências - ativo financeiro (1)	233	233
Transferências - ativo contratual (2)	1.538	1.538
Saldo em 31 de dezembro de 2021		
Custo	3.749	(2.009)
Amortização acumulada	(202)	(202)
Obrigações especiais	1.523	(230)
Saldo em 31 de dezembro de 2019		
Baixas	(25)	(25)
Amortização	(230)	(230)
Transferências - ativo contratual (2)	313	313
Saldo em 31 de dezembro de 2020		
Custo	1.581	3.573
Amortização acumulada	(1.779)	(213)
Obrigações especiais	(213)	(213)

(1) Referem-se ao direito contratual das distribuidoras de energia de receber caixa dos usuários pelos serviços de construção ou melhoria do sistema de distribuição de energia elétrica, quando da entrada em operação dos respectivos ativos. Quando da conclusão da construção da infraestrutura, tais ativos passarão a ser classificados como Ativo financeiro indenizável ou como Ativo intangível, conforme a forma de remuneração. (2) Referem-se a direitos contratuais classificados como ativo contratual até a conclusão da obrigação de desempenho estabelecida no contrato de concessão.

13.1 Política contábil: Os ativos intangíveis estão demonstrados pelos custos de aquisição, deduzido da amortização acumulada e perdas por redução ao valor recuperável de ativos (*impairment*), quando aplicável. Os bens e instalações vinculados ao direito de uso da concessão

	2021		2020	
	Obrigações	Efeito líquido	Obrigações	Efeito líquido
CVA e neutralidade				
Energia	553	-	553	(80)
Encargo de Serviço do Sistema - ESS	394	-	394	75
Tarifa de Uso dos Sistemas de Transmissão - TUST (nota 3.3)	83	-	83	(16)
Neutralidade de encargos setoriais	-	-	-	-
Outros	116	(60)	56	(58)
Componentes financeiros e subsídios				
Repasse de sobrecontratação (1)	-	(112)	(112)	(70)
Risco hidrológico (2)	-	(311)	(311)	(237)
Ultrapassagem de demanda/excedente reativo	-	(204)	(204)	(223)
Passivo conta COVID	-	(3)	(3)	-
Crédito PIS/COFINS sobre ICMS (3)	90	-	90	-
Outros	5	(58)	(53)	(37)
Total	1.241	(748)	493	(212)
Valores homologados pela ANEEL (em reversão)	475	(461)	14	82
Valores a serem homologados pela ANEEL (em constituição)	766	(287)	479	(440)
Total	1.241	(748)	493	(212)
Ativo circulante			316	-
Ativo não circulante			177	-
Passivo circulante			-	(96)
Passivo não circulante			-	(116)

(1) Em agosto de 2020, a ANEEL publicou o Despacho nº 2.508, que estabeleceu os valores de exposições a serem tratadas como involuntárias, no âmbito da compra de energia das distribuidoras, relativas ao biênio 2016/2017. Tempestivamente, a Companhia interps recurso administrativo quanto a esses valores, contestando os critérios adotados no seu cálculo. Houve evolução da discussão acerca da sobrecontratação involuntária devido à Covid (CP 35/2020), que impactou nas apurações de sobrecontratação do ano de 2020. (2) Reconhecimento do componente financeiro de risco hidrológico passivo, decorrente da constituição da devolução da previsão de cobertura dos riscos hidrológicos, em conformidade com as regras estabelecidas pela REN 845/2019, e da amortização do saldo homologado pela ANEEL nos processos de reajuste tarifário. (3) O repasse nas tarifas dos Créditos do PIS/COFINS sobre ICMS ainda será matéria de regulamentação pela ANEEL no âmbito da Consulta Pública nº 05/2021, contudo a ANEEL autorizou o uso antecipado dos valores em situações excepcionais, nos quais haja possibilidade de aumento tarifário expressivo. Nesse sentido, foi reconhecido no processo de Reajuste Tarifário 2021, a antecipação da reversão dos valores oriundos desses créditos como componente financeiro negativo, cujo diferimento para os próximos 12 meses, de agosto/21 a julho/22, está lastreado à expectativa de compensações futuras desses créditos junto à Receita Federal. A movimentação dos saldos de ativos e passivos setoriais da concessão estão apresentados como segue:

	Direito	Obrigações	Efeito líquido		Direito	Obrigações	Efeito líquido
Saldo em 31 de dezembro de 2019							
Constituição	1.436	(1.089)	347		743	(754)	(11)
Amortização (Índice de Reposicionamento Tarifário)	(867)	938	71		(867)	938	71
Atualização monetária	18	(16)	2		18	(16)	2
Antecipação conta COVID (1)	(808)	194	(614)		(808)	194	(614)
Transferências	-						

hedger accounting, a relação entre os instrumentos de *hedger* e os itens protegidos por *hedger*, com o objetivo da gestão de risco e a estratégia para a realização de operações de *hedger*. A Companhia documenta sua avaliação, tanto no início quanto de forma contínua, de que os derivativos usados nas operações de *hedger* são altamente eficazes. As variações no valor justo dos instrumentos financeiros derivativos designados como *hedger* de fluxo de caixa têm seu componente eficaz reconhecido no patrimônio líquido e o componente ineficaz registrado no resultado do exercício. Os valores registrados no patrimônio líquido somente são transferidos para resultado do exercício em conta apropriada (custo, despesa operacional ou despesa financeira) ou ativo imobilizado/intangível, quando o item protegido for efetivamente realizado. Os custos do instrumento de *hedger* são reconhecidos dentro do patrimônio líquido. (ii) **Estimativas e julgamentos críticos:** O valor justo de instrumentos financeiros derivativos não negociados em mercado ativo é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação. A Companhia usa seu julgamento para determinar o método de mensuração mais aderente a cada classe de instrumentos derivativos, assim como as premissas a serem observadas. De modo geral, as premissas são baseadas nas condições de mercado existentes na data do balanço. As premissas de avaliação dos derivativos e análise do impacto, caso os resultados reais sejam diferentes da estimativa da Administração estão apresentadas nas notas 21.2 e 21.8, respectivamente.

16. PROVISÕES E DEPÓSITOS JUDICIAIS

16.1 Provisões para processos judiciais, passivos contingentes e depósitos judiciais:
a) Provisão para processos judiciais: A Companhia é parte envolvida em ações cíveis, trabalhistas, tributárias e outras em andamento na esfera administrativa e judicial. As provisões para as perdas decorrentes dessas ações são estimadas e atualizadas pela Companhia, amparadas pela opinião de consultores legais.

As provisões para processos judiciais estão apresentadas a seguir:

	Cíveis (i) Trabalhistas (ii) Fiscais Regulatórias				Total
	61	72	54	4	
Saldo em 31 de dezembro de 2020	61	72	54	4	191
Adições e reversões, líquidas	15	8	(3)	(20)	
Pagamentos	(25)	(14)	(39)	(1)	(79)
Atualizações monetárias	33	13	(3)	-	43
Saldo em 31 de dezembro de 2021	84	79	12	-	175
Circulante					147
Não circulante					30

Dentre as provisões constituídas para processos com expectativa de perda provável, destacamos: (i) **Processos cíveis:** Do total de R\$ 84 (R\$ 61 em 31 de dezembro de 2020) provisionados, destacam-se: • Ações de natureza comercial e indenizatória, movidas por pessoas físicas e jurídicas, envolvendo repetição de indébito, danos materiais e/ou danos morais, envolvendo também questionamentos diversos de clientes atinentes ao fornecimento de energia, entre outros, perfazendo o valor provisionado de R\$ 48 (R\$ 42 em 31 de dezembro de 2020). (ii) **Processos trabalhistas:** Do total de R\$ 79 (R\$ 72 em 31 de dezembro de 2020) provisionados, destacam-se: • Ações movidas por empregados e ex-empregados contra a Companhia, envolvendo a cobrança de horas-extras, adicional de periculosidade, equiparação/reenquadramento salarial, discussão sobre plano de cargos e salários e outras, cujo valor provisionado é de R\$ 66 (R\$ 58 em 31 de dezembro de 2020); e • Ações movidas por ex-empregados de empreiteiros (responsabilidade subsidiária e/ou solidária) envolvendo cobrança de parcelas indenizatórias e outras, cujo valor estimado é de R\$ 13 (R\$ 14 em 31 de dezembro de 2020). (iii) **Processos fiscais:** Do total de R\$ 12 (R\$ 54 em 31 de dezembro de 2020) provisionados, destacam-se: • Execução fiscal decorrente de auto de infração relativo a crédito de ICMS suspostamente indevido no período compreendido entre janeiro de 2004 a novembro de 2007, que se encontra pendente de decisão nos Tribunais Superiores. Em setembro de 2021, a Fazenda do Estado de São Paulo efetuou a correção da Certidão de Dívida Ativa para adequar o valor envolvido às decisões proferidas de forma favorável à Companhia até o momento, culminando na redução de R\$ 16 para R\$ 11, os quais encontram-se atualmente provisionados; • Mandado de segurança visando à não incidência de PIS/COFINS sobre receitas decorrentes de Juros sobre o Capital Próprio que, após decisões desfavoráveis, o montante provisionado em 31 de dezembro de 2020, foi liquidado mediante o resgate do depósito judicial pela Fazenda Nacional no primeiro trimestre de 2021. **b) Passivos contingentes:** Os passivos contingentes correspondem a processos judiciais não provisionados, uma vez que constituem obrigações presentes cuja saída de recursos não é provável ou para os quais não seja possível fazer uma estimativa suficientemente confiável do valor da obrigação, baseado nos pareceres jurídicos. Os passivos contingentes são apresentados a seguir:

	2021	2020
Processos cíveis (i)	777	436
Processos trabalhistas (ii)	129	80
Processos fiscais (iii)	1.066	939
Total	1.972	1.455

Dentre os processos relevantes cujo risco de perda é considerado possível, destacamos: (i) **Processos cíveis:** Referem-se às ações de natureza comercial e indenizatória, movidas por pessoas físicas e jurídicas, envolvendo repetição de indébito, danos materiais e/ou danos morais, entre outros, conforme explicados a seguir: • Ação proposta pelo Ministério Público Federal em 2017 questionando a cobrança de seguro residencial pela Companhia e oferecido aos seus consumidores juntamente com a fatura de energia elétrica. Em 2020 o juízo de 1ª instância entendeu pela legitimidade da ANEEL e da União para integrar a lide e declarou, a incompetência absoluta da Justiça Federal para julgar o feito. Desse modo, determinou a remessa dos autos para a Justiça Estadual para processamento da ação. A Companhia interpôs embargos declaratórios de tal decisão visando obter também a declaração da ilegitimidade ativa do MPF para o ajuizamento da ação (único autor da demanda), o que ensejaria a extinção do feito. O montante estimado da demanda é de R\$ 220 (R\$ 177 em 31 de dezembro de 2020); e • Ações versando sobre eventual legitimidade da cobrança pela instalação de infraestrutura de distribuição de energia elétrica em faixas de domínio das rodovias. Como o tema ainda não está pacificado nos Tribunais, os assessores jurídicos da Companhia mantêm o prognóstico de perda como possível. O montante estimado perfaz o total de R\$ 469 (R\$ 190 em 31 de dezembro de 2020). (ii) **Processos trabalhistas:** Referem-se a diversas ações movidas por seus empregados e por empregados de empresas prestadoras de serviços. Essas ações versam, de modo geral, sobre horas extras, benefícios diversos, ajustes salariais, verbas rescisórias e reflexos. Do total de R\$ 129 (R\$ 80 em 31 de dezembro de 2020) provisionados, destacam-se: • Ações movidas por empregados e ex-empregados contra a Companhia, envolvendo a cobrança de horas-extras, adicional de periculosidade, equiparação/reenquadramento salarial, discussão sobre plano de cargos e salários e outras, cujo valor estimado é de R\$ 97 (R\$ 62 em 31 de dezembro de 2020); e • Ações movidas por ex-empregados de empreiteiros (responsabilidade subsidiária e/ou solidária) envolvendo cobrança de parcelas indenizatórias e outras, cujo valor estimado é de R\$ 32 (R\$ 17 em 31 de dezembro de 2020). (iii) **Processos fiscais:** Referem-se às ações tributárias e impugnatórias de cobranças, intimações e autos de infração fiscal referentes a diversos tributos, tais como ICMS, ISS, CPMF, IPTU, PIS/COFINS, entre outros (cujo(s) destaque(s) passamos a tratar a seguir: • Autos de infração relativos a crédito de ICMS cuja escrituração no "Controle de Crédito do ICMS do Ativo Permanente" (CIAP) se deu supostamente em desacordo com regras previstas na legislação tributária, estimados em R\$ 411 (R\$ 342 em 31 de dezembro de 2020); • Autos de infração relativos a crédito de ICMS sobre bens destinados ao ativo imobilizado da Companhia e sobre combustíveis utilizados na frota operacional, estimados em R\$ 287 (R\$ 278 em 31 de dezembro de 2020); • Autos de infração relativos a contribuições sociais (INSS) sobre valores pagos a título de PLR, previdência privada, assistência médica, Programa de Alimentação do Trabalhador - PAT bem como valores pagos a título de cessão de mão-de-obra, estimados em R\$ 90 (R\$ 92 em 31 de dezembro de 2020); e • Autos de infração relativos a estornos de débitos de ICMS (Convênio 30) relativos a retarçamento de contas de energia elétrica, estimados em R\$ 179 (R\$ 129 em 31 de dezembro de 2020). As provisões para processos e os passivos contingentes foram atualizados monetariamente: (i) pela variação do INPC, acrescidos de juros de 1% a.m., para as ações cíveis; (ii) pela variação do IPCA na fase pré processual e SELIC após o ajuizamento para as ações trabalhistas, conforme decisão do Supremo Tribunal Federal na ADC 58, com impacto de R\$ 2 em dezembro de 2021; e (iii) pela variação da taxa SELIC, para as ações fiscais. **c) Depósitos judiciais:** Os depósitos judiciais são apresentados de acordo com a natureza das correspondentes causas e estão correlacionados a processos provisionados e não provisionados.

	2021	2020
Processos cíveis	7	12
Processos trabalhistas	27	34
Processos fiscais	4	41
Outros processos	1	-
Total	39	87

d) Política contábil e julgamentos críticos: (i) **Política contábil:** As provisões são reconhecidas quando: (i) a Companhia tem uma obrigação presente como resultado de evento passado; (ii) é provável que uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos será necessária para liquidar a obrigação; e (iii) o valor da obrigação possa ser estimado de forma confiável. Os ativos e passivos contingentes não são reconhecidos. Passivos contingentes são objeto de divulgação em notas explicativas quando a probabilidade de saída de recursos for possível, inclusive aqueles cujos valores não possam ser estimados. Já os ativos contingentes são objeto de divulgação em notas explicativas quando a entrada de benefícios econômicos for tida como provável. (ii) **Estimativas e julgamentos críticos:** Os processos judiciais são contingentes por natureza, ou seja, serão resolvidos quando um ou mais eventos futuros ocorrerem ou deixarem de ocorrer. A ocorrência ou não de tais eventos não depende da atuação da Companhia e incertezas no ambiente legal envolve o exercício de estimativas e julgamentos significativos da Administração quanto aos potenciais resultados dos eventos futuros.

17. OUTROS PASSIVOS

	2021	2020
Caução em garantia (1)	29	19
Devoluções a consumidores (ii)	116	21
Contribuição para custeio do Serviço de Iluminação Pública - COSIP	22	22
Plano de saúde	2	-
Bônus estratégico	9	-
Fundo educacional	6	6
Outras provisões	29	45
Compartilhamento de pessoal	5	5
Outros	13	14
Total	231	132
Circulante	215	120
Não circulante	16	12

(1) Garantia constituída para assegurar o cumprimento dos contratos, acrescidas de correção monetária com base nos índices previstos contratualmente, para fazer face tanto às suas cláusulas operacionais, quanto à obrigatória do pagamento dos encargos dos empregados das empresas fornecedoras de serviços. (ii) Devolução no montante de R\$ 95 (nota 10.3).

18. SALÁRIOS, BENEFÍCIOS A EMPREGADOS E ENCARGOS A PAGAR

Como parte de sua estratégia de remuneração a Companhia concede a seus empregados benefícios de curto e de longo prazo, além dos salários, férias e outros benefícios legais, bem como os respectivos encargos trabalhistas incidentes sobre estes benefícios. Os benefícios de curto prazo compreendem: (i) programa de participação nos resultados; (ii) planos de assistência médica e odontológica; e (iii) outros benefícios usuais de mercado. Os benefícios de longo prazo compreendem: (i) plano de previdência complementar ("Plano de pensão - Benefício Definido") e (ii) plano de previdência complementar ("Plano de pensão - Contribuição Definida"). Demonstramos a seguir os valores reconhecidos no balanço patrimonial:

	2021	2020
Salários, férias e 13º salário e encargos a pagar	100	88
Benefícios de curto prazo	3	3
Benefícios de longo prazo - pós-emprego	39	165
Total	142	256
Passivo circulante	103	91
Passivo não circulante	39	165

18.1 Benefícios de longo prazo - Pós-Emprego: A Companhia contribui, como patrocinadora, para planos de aposentadoria que fornecem aos seus colaboradores benefícios em eventos de aposentadoria, morte e invalidez. A Companhia possui planos no formato de benefício

definido e contribuição definida. Os planos de benefícios estão abertos para novas adesões. O plano e a submassa estruturadas na modalidade de contribuição definida não incorrem no risco de desequilíbrio atuarial, dado que o valor é permanentemente ajustado de acordo com os recursos mantidos em favor do participante (modelo de poupança individual). A gestão do plano de benefício é realizada por gestores externos à Administração da Companhia ("Curadores"). Os Curadores dos planos são responsáveis pela governança e possuem a obrigação legal de agir exclusivamente no melhor interesse dos beneficiários do plano. Os Curadores têm as seguintes funções: (i) administração dos planos e pagamento aos beneficiários dos ativos do plano, quando exigido de acordo com as regras do plano; (ii) gestão e investimento dos ativos do plano; e (iii) conformidade com outros regulamentos, quando aplicável. Os Curadores dos planos da Companhia são entidades fechadas de previdência complementar ou seguridade social, sem fins lucrativos e com autonomia administrativa e financeira. Abaixo segue a relação dos Curadores e outras informações dos planos:

Planos de benefício definido	Quantidade		Situação	Condição financeira
	Beneficiários Ativos	Beneficiários Assistidos		
Fundação CESP - PSAP/ Elektro	3.475	1.715	Aberto	Deficitário

Planos de contribuição definida
Néos - Plano CD Néos 115 - Aberto N/A
Total 3.590 - 1.715

a) Movimentação dos ativos e passivos dos planos

	Benefício definido			
	Obrigações atuariais	Valor justo dos ativos	Efeito do teto	Ativo (passivo) líquido
Saldo em 31 de dezembro de 2019	(1.633)	1.642	(9)	14
Custo do serviço	14	-	-	-
Efeitos dos juros	(124)	125	(1)	-
Contribuições pagas pelos participantes	(5)	3	-	-
Contribuições pagas pelo patrocinador	-	5	-	3
Benefícios pagos pelo plano	86	(86)	-	-
Efeito de mudança nas premissas atuariais e limite do teto	28	-	-	-
Retorno sobre os ativos dos planos (excluindo receitas de juros)	(279)	-	10	(269)
Saldo em 31 de dezembro de 2020	(1.941)	1.773	-	(168)
Custo do serviço	(8)	-	-	(8)
Efeitos dos juros	(137)	125	-	(12)
Contribuições pagas pelos participantes	(4)	4	-	-
Contribuições pagas pelo patrocinador	-	3	-	3
Benefícios pagos pelo plano	116	(116)	-	-
Efeito de mudança nas premissas atuariais e limite do teto (i)	146	-	-	146
Retorno sobre os ativos dos planos (excluindo receitas de juros)	-	(3)	-	(3)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	(1.828)	1.786	-	(42)
Planos deficitários	(1.828)	1.786	-	(42)

(i) Em 2021, a Companhia apurou uma perda atuarial pelo ajuste de experiência no valor de R\$ 265, ocasionada substancialmente pelo reajuste de 16,29% nos benefícios dos participantes assistidos que utiliza como base a variação do IGP-DI.

b) Valores reconhecidos no resultado do exercício:

	Benefício definido	
	2021	2020
Custo do serviço	(5)	(6)
Efeitos de reduções/liquidações	-	23
Despesa com juros de passivos	(137)	(125)
Receita com juros de ativos	125	125
Total	(17)	17

Alocação dos custos do serviço:

Resultado do exercício	(5)	17
------------------------	-----	----

c) Valores reconhecidos nos outros resultados abrangentes:

	Benefício definido	
	2021	2020
Saldo no início	(122)	2020
Efeito de mudança nas premissas atuariais	145	(279)
Retorno sobre ativos do plano (exclui receita de juros)	(3)	84
Mudança de teto de ativo	8	10
Efeito bruto	142	(185)
Tributos sobre o lucro	(48)	63
Efeito líquido em outros resultados abrangente	94	(122)
Saldo no final	(28)	(122)

d) Valores reconhecidos no balanço patrimonial:

	Benefício definido	
	2021	2020
Valor presente das obrigações atuariais	(1.828)	(1.941)
Valor justo dos ativos	1.786	1.773
Total passivo (ativo) líquido	(42)	(168)
Passivo circulante	(3)	(3)
Passivo não circulante	(39)	(165)

e) Outras informações dos planos de benefício definido: (i) Ativos dos planos por categoria:

	2021		2020	
	Precos cotados em mercado	Precos não cotados em mercado	Precos cotados em mercado	Precos não cotados em mercado
Caixa e equivalentes de caixa	-	-	1	1
Investimento direto:				
Fundo de investimento imobiliário	68	68	53	53
Outros	100	100	57	57
Investimento através de fundos:				
Fundo de investimento - Ações/ Quotas	405	-	405	318
Fundo de investimento - Multimercado	1.211	-	1.211	1.299
Fundo de investimento - Renda fixa	2	-	2	-
Fundo de investimento - Imobiliário	-	-	45	45
Total	1.618	168	1.662	111

(ii) Expectativa de pagamentos futuros: As expectativas de pagamentos de benefícios que refletem serviços futuros pelo plano são as seguintes:

	Benefício definido	
	2021	2020
2022	129	129
2023	129	129
2024	130	130
2025	130	130
2026	129	129
Entre 2027 e 2031	638	638
Total	1.285	1.285

Para fins de capitalização do plano, a Companhia espera desembolsar R\$ 3 no exercício de 2022. (iii) **Análise de sensibilidade e hipóteses atuariais/econômicas:** Para a análise de sensibilidade, a Companhia considera o efeito de alteração na taxa nominal de desconto no valor presente da obrigação atuarial da Companhia, conforme apresentado abaixo:

	Benefício definido	
	2021	2020
Taxa nominal de desconto - Redução de 0,5%		
Valor presente da obrigação atuarial	1.926	2.075
Impacto % no valor presente da obrigação atuarial	5,35%	6,90%
Impacto no duration da obrigação atuarial	14,58	17,36
Taxa nominal de desconto - Aumento de 0,5%		
Valor presente da obrigação atuarial	1.731	1.821
Impacto % no valor presente da obrigação atuarial	-5,30%	-6,18%
Impacto no duration da obrigação atuarial	13,28	15,88

As hipóteses atuariais e econômicas adotadas foram formuladas considerando-se o longo prazo previsto para sua maturação, devendo, por isso, serem analisadas sob essa ótica. No curto prazo elas podem não ser necessariamente realizadas. Nas avaliações foram adotadas as seguintes hipóteses econômicas:

	Benefício definido	
	2021	2020
Taxa média nominal de desconto	8,94%	7,25%
Taxa média nominal de crescimento do custo salarial	5,58%	5,94%
Taxa real de inflação dos custos médicos	N/A	N/A
Taxa média de inflação estimada no longo prazo	3,00%	3,25%
Duration (em anos)	13,91	16,60
Tábua de mortalidade	AT-2000 masculina, suavizada em 10%	AT-2000 masculina, suavizada em 10%
Tábua de entrada em invalidez	Light Fraca suavizada em 30%	Light Fraca suavizada em 30%
Tábua de mortalidade de inválidos	AT-49 - Masculina agravada em 10%	AT-49 - Masculina

(iv) **Principais riscos relacionados aos planos de benefícios definidos: Risco geral -** O retorno dos ativos do fundo não sendo suficiente para cobrir o aumento no passivo e nos pagamentos de benefícios ao longo dos anos, a Companhia será requerida a financiar o déficit com contribuições extraordinárias, a menos que o fundo tenha patrimônio suficiente. **Mudanças na taxa de juros -** A taxa de juros que é usada para calcular a obrigação de benefício definido (de acordo com o IFRS) depende do valor dos rendimentos dos títulos governamentais (ou títulos corporativos da Companhia) na data de relatório. Uma diminuição nos rendimentos aumenta a obrigação de benefício que é, em parte, mitigada pelo ajuste a mercado que aumenta o valor das participações de renda fixa. **Investimentos e volatilidade -** O conselho de Curadores aceita anualmente um Plano de Investimento, que se baseia em uma análise externa dos ativos e passivos do plano (ALM). Os ativos estão alocados em ações e fundos de investimentos, instrumentos de renda fixa e imóveis. Os investimentos são diversificados em diferentes classes de ativos e para diferentes gestores de ativos tendo em conta a política de alocação de investimentos dos planos e os limites autorizados pela autoridade brasileira de supervisão de fundos de previdência complementar (PREVIC). **Hipóteses atuariais e econômicas -** Os cálculos atuariais envolvem projeções futuras acerca de alguns parâmetros, tais como: salários, taxa de juros, inflação, mortalidade e invalidez. O resultado real diferente dessas premissas levará a um aumento/redução no valor presente das obrigações do plano. **f) Política contábil e julgamentos críticos:** (i) **Política contábil:** Os planos de benefícios de longo prazo - pós-emprego (previdência) são financiados por meio de contribuições de participantes e patrocinadora aos fundos de pensão, conforme determinado por cálculos atuariais periódicos. A Companhia possui planos de benefício definido e de contribuição definida. Nos planos de benefício definido, os custos do plano são avaliados usando o método de crédito unitário projetado. Os custos de prover os benefícios são reconhecidos na demonstração do resultado para distribuir o custo do serviço ao longo da vida útil dos colaboradores. Os juros líquidos são apresentados na demonstração do resultado, na linha de despesas financeiras. A obrigação de benefícios de caixa futuros estimados usando taxas de juros pela referência de mercado dos títulos do governo brasileiro que possuem prazos de vencimento próximos aos prazos dos desembolsos do plano. Os ativos dos planos de pensão são avaliados a valor de mercado. O passivo reconhecido no balanço patrimonial é a obrigação de benefício definido na data de fechamento menos o valor justo dos ativos do plano. As contribuições pagas antecipadamente são reconhecidas como um ativo na extensão em que um reembolso em dinheiro ou uma redução nos pagamentos futuros de contribuição esteja disponível. Quando os benefícios de um plano são alterados ou quando um plano é reduzido, a alteração resultante no benefício que se relaciona com o serviço passado ou o ganho ou perda relacionado com um corte é imediatamente reconhecida nos resultados. Os ganhos ou perdas nas liquidações de planos de benefícios definidos são reconhecidos quando a liquidação ocorre. Os impactos gerados por mudanças nas premissas atuariais são reconhecidos no patrimônio líquido, dentro de "Outros resultados abrangentes". Estes efeitos serão reclassificados para o lucro acumulado ou reservas de lucros, quando da extinção ou liquidação do benefício do plano que li deram origem. As contribuições para planos de contribuição definida são reconhecidas no resultado do período a que as contri-

buições se referem. (ii) **Estimativas e julgamentos críticos:** O valor presente das obrigações de pensão é baseado em cálculos atuariais que usam várias premissas. Quaisquer mudanças nessas premissas impactarão o valor das obrigações de pensão. Essas premissas são utilizadas para determinar o valor justo de ativos e passivos, custos e despesas e os valores futuros de saídas de caixa estimadas, que são registrados nas obrigações com os planos de pensão. A Companhia, em conjunto com os atuários externos e internos, revisa no final de cada exercício, as premissas que serão utilizadas para o exercício seguinte.

19. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

19.1 Capital social: O capital social está representado por ações ordinárias ("ON") e preferenciais ("PM"), todas sem valor nominal. O Conselho de Administração estabelecerá as condições de emissão de ações da Companhia, inclusive preço e prazo de integralização, até o limite do capital autorizado. O capital social autorizado e integralizado da Companhia em 31 de dezembro de 2021 e 2020 é de R\$ 952. A composição do capital social realizado por classe de ações (sem valor nominal) e principais acionistas em 31 de dezembro de 2021 e 2020 é a seguinte (por unidade de ações):

Acionistas/ Ord. Ações vs R\$	Ordinárias		Pref. A		Total	
	R\$	R\$	R\$	R\$	Ações	R\$
Neoenergia S.A.	91.855.825	451	101.279.596	498	193.135.421	949
Outros	25.147	-	598.6			

20.3 Principais transações com partes relacionadas: As principais transações com partes relacionadas nos itens 20.1 e 20.2 referem-se a: (a) Contratos de fornecimento de energia elétrica, Contratos de Uso do Sistema de Transmissão (CUST), Contratação no Ambiente Regulado (CCFAR) firmados entre as Companhias do Grupo, e prestação de serviço, com instalação de placa solar pela NEOENERV, (b) Contribuição ao fundo previdenciário dos funcionários ativos, (c) Contrato celebrado para prestação de garantia corporativa, onde a Neoenergia é avaliada de instrumentos financeiros com cobrança de *Fee* por *Avail* com vencimento até 2022, corrigido anualmente pela variação do IGPM, (d) Contrato de compartilhamento de pessoal entre empresas do grupo, (e) Dividendos e juros sobre capital próprio a serem pagos aos acionistas, (f) Contratos de locação de imóveis, corrigidos anualmente pela variação do IGPM com vencimentos até 2021, 20.4 **Remuneração da administração (Pessoa-chave):** As remunerações de empregados, incluindo os ocupantes de funções executivas e membros do conselho de administração da Companhia reconhecidos no resultado do exercício pelo regime de competência, estão apresentadas como segue:

	2021	2020
Salários e benefícios recorrentes	3	5
Outros benefícios de curto prazo	-	1
Benefícios de longo prazo	4	7

21. CLASSIFICAÇÃO E ESTIMATIVA DE VALOR JUSTO DOS INSTRUMENTOS FINANCEIROS

21.1 Classificação e mensuração dos instrumentos financeiros: A Companhia classifica os instrumentos financeiros de acordo com o seu modelo de negócio e finalidade para qual foram adquiridos. Os instrumentos financeiros estão classificados e mensurados como segue:

	2021		2020	
	CA VJORA	VJR	CA VJORA	VJR
Ativos financeiros				
Caixa e equivalentes de caixa	145	-	479	364
Títulos e valores mobiliários	-	-	12	-
Contas a receber de clientes e outros	2.344	-	1.966	-
Instrumentos financeiros derivativos	-	291	372	-
Ativo financeiro setorial (Parcela A e outros)	493	-	-	426
Concessão do serviço público - ativo financeiro	-	-	3.488	-
Total	2.982	291	4.351	2.330
Passivos financeiros				
Fornecedores e contas a pagar a empreiteiros	699	-	888	-
Empréstimos e financiamentos	4.302	-	712	3.192
Passivo financeiro setorial (Parcela A e outros)	-	-	212	-
Instrumentos financeiros derivativos	-	2	-	2
Passivo de arrendamento	24	-	25	-
Total	5.025	2	712	4.317

CA – Custo Amortizado
VJORA – Valor Justo por meio dos Outros Resultados Abrangentes
VJR – Valor Justo por meio do Resultado

21.2 Estimativa do valor justo: Para mensuração e determinação do valor justo, a Companhia utiliza vários métodos incluindo abordagens de mercado, de resultado ou de custo, de forma a estimar o valor que os participantes do mercado utilizariam para precificar o ativo ou passivo. Os ativos e passivos financeiros registrados a valor justo são classificados e divulgados de acordo com os níveis a seguir: **Nível 1** – Precos cotados (não ajustados) em mercados ativos, líquidos e visíveis para ativos e passivos idênticos que estão acessíveis na data de mensuração; **Nível 2** – Precos cotados (podendo ser ajustados ou não) para ativos ou passivos similares em mercados ativos; e **Nível 3** – Ativos e passivos cujos preços não existem ou que esses preços ou técnicas de avaliação são amparados por um mercado pequeno ou inexistente, não observável ou ilíquido. A análise do impacto caso os resultados reais sejam diferentes da estimativa da Administração está apresentada na nota 21.8 (análise de sensibilidade). **21.3 Instrumentos financeiros reconhecidos pelo valor justo ("VJR" ou "VJORA"):** O nível de mensuração dos ativos e passivos financeiros reconhecidos pelo valor justo está demonstrado como segue:

	2021			2020		
	Nível 2	Nível 3	Total	Nível 2	Nível 3	Total
Ativos financeiros						
Caixa e equivalentes de caixa	479	-	479	548	-	548
Títulos e valores mobiliários	12	-	12	8	-	8
Instrumentos financeiros derivativos	663	-	663	830	-	830
Concessão do serviço público - ativo financeiro	-	-	3.488	-	-	2.773
Total	1.154	3.488	4.642	1.386	2.773	4.159
Passivos financeiros						
Empréstimos e financiamentos	712	-	712	808	-	808
Instrumentos financeiros derivativos	2	-	2	2	-	2
Total	714	-	714	810	-	810

Não houve transferência de instrumentos financeiros entre os níveis de mensuração de valor justo. Os ganhos e perdas reconhecidos no resultado referente ao exercício de 2021 e 2020, relacionados aos ativos e passivos financeiros mensurados através de técnicas de nível 3, foram nos montantes de R\$ 281 e R\$ 108, respectivamente. As demais movimentações para esses ativos e passivos se encontram divulgadas na nota 12.1. **21.4 Instrumentos financeiros não reconhecidos pelo custo amortizado ("CA"):** Os instrumentos financeiros mensurados ao custo amortizado que em virtude do ciclo de longo prazo para realização, podem possuir o valor justo diferente do saldo contábil. Abaixo demonstramos o valor justo dos ativos e passivos financeiros reconhecidos a custo amortizado.

	2021			2020		
	Saldo contábil	Estimativa de valor justo - Nível 1	Estimativa de valor justo - Nível 2	Saldo contábil	Estimativa de valor justo - Nível 1	Estimativa de valor justo - Nível 2
Empréstimos e financiamentos	4.302	-	4.365	3.192	-	3.199

Devido ao ciclo de curto prazo, pressupõe-se que o valor justo dos saldos de caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários, contas a receber de clientes, contas a pagar a fornecedores e ativos e passivos financeiros setoriais se aproximam de seu valor contábil. **21. Política contábil:** A Companhia classifica seus ativos e passivos financeiros que são reconhecidos inicialmente a valor justo e subsequentemente mensurados, de acordo com as seguintes categorias: (i) **Ativos financeiros:** Ativos financeiros são geralmente classificados como mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes ou ao valor justo por meio do resultado com base tanto no modelo de negócios da entidade para a gestão dos ativos financeiros; quanto nas características de fluxo de caixa contratual do ativo financeiro, conforme segue: • **Custo Amortizado ("CA"):** ativo financeiro cujo fluxo de caixa contratual resulta somente do pagamento de principal e juros sobre o principal em datas específicas e, cujo modelo de negócios objetiva manter o ativo com o fim de receber seus fluxos de caixa contratuais; • **Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes ("VJORA"):** ativo financeiro cujo fluxo de caixa contratual resulta somente do recebimento de principal e juros sobre o principal em datas específicas e, cujo modelo de negócios objetiva tanto o recebimento dos fluxos de caixa contratuais do ativo quanto sua venda; e • **Valor Justo por meio do Resultado ("VJR"):** todos os demais ativos financeiros. Esta categoria geralmente inclui instrumentos financeiros derivativos. Os instrumentos mensurados pelo CA e VJORA estão suscetíveis ao reconhecimento das perdas de créditos esperadas. De modo geral, as perdas de créditos esperadas dos instrumentos financeiros oriundos das operações da Companhia (ex: contas a receber) são mensurados pelo método simplificado, a partir de uma matriz de provisão que pondera as características dos instrumentos, idade do título, históricos de perdas e expectativa de perdas futuras. (ii) **Passivo financeiro:** Os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo, líquido dos custos de transação incorridos e são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado (exceto em determinadas circunstâncias, que incluem determinados passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado) e atualizados pelos métodos de juros efetivos. Qualquer diferença entre o valor captado (líquido dos custos da transação) e o valor de liquidação, é reconhecida no resultado durante o período em que os instrumentos estejam em andamento, utilizando o método de taxa efetiva de juros. As taxas pagas na captação do empréstimo são reconhecidas como custos da transação. **21.6 Métodos e técnicas de avaliação:** (i) **Concessões do serviço público:** Para mensuração do valor justo, a Companhia utiliza abordagem de custo de reposição baseado nas tabelas de preço da ANEEL, estipuladas para ativos inerentes a operações passíveis de indenização pelo Poder Concedente. Os fatores relevantes para mensuração do valor justo não são observáveis e não existe mercado ativo. Por isso, a classificação da hierarquia de valor justo é de nível 3. (ii) **Empréstimos e financiamentos:** Os empréstimos alocados no nível 2 são baseados na abordagem de resultado e o valor justo, tanto da dívida indexada por taxa fixa quanto por taxa flutuante, é determinado a partir do fluxo de caixa descontado utilizando os valores futuros da taxa CDI e da curva dos títulos da Companhia. (iii) **Instrumentos financeiros derivativos:** A estimativa do valor justo dos instrumentos financeiros derivativos é calculada por meio da utilização de metodologias adotadas com um padrão de mercado, que refletem corretamente as condições de mercado das variáveis incluídas na sua precificação, bem como as condições contratuais vigentes para o instrumento. **21.7 Informações complementares sobre os instrumentos derivativos:** Em 31 de dezembro de 2021 não havia valor de margem depositado referente a posições com instrumentos financeiros derivativos. A Companhia possui instrumentos financeiros derivativos com objetivo de proteção econômica e financeira contra o risco de alteração nas taxas de câmbio e de juros. Os principais instrumentos utilizados são *swaps*, *Non-Deliverable Forwards* (NDF). Todas as operações de derivativos dos programas de *hedge* estão detalhadas em quadro a seguir, que inclui informações sobre tipo de instrumento, valor de referência, vencimento, valor justo incluindo risco de crédito e valores a receber ou a pagar. Com o objetivo de avaliar a relação econômica entre o item protegido e o instrumento de *hedge*, a Companhia adota metodologia de teste de efetividade prospectiva através dos termos críticos do objeto e dos derivativos contratados com o intuito de concluir se há expectativa de que mudanças nos fluxos de caixa do item objeto de *hedge* e do instrumento de *hedge* possam ser compensados mutuamente. **Programa de hedge dos empréstimos e financiamentos em Dólar:** Com o objetivo de proteção econômica e financeira, a Companhia contrata operações de *swap* para converter para R\$ as dívidas e empréstimos denominados em US\$. Nestes *swaps*, a Companhia assume posição passiva em R\$ atrelado ao CDI e posição ativa em US\$ atrelado a taxas fixas ou flutuantes (*LIBOR*). Os programas abaixo são classificados de acordo com os critérios contábeis de *hedge* mensurados a valor justo por meio do resultado:

	Valor de referência		Vencimento (Ano)	Valor justo		Efeito acumulado - Valor a receber/recebido ou a pagar/pago
	2021	2020		2021	2020	
Swap US\$ pós vs R\$ pós						
Ativo	US\$ 38	US\$ 44	2025 - 2027	213	230	
Passivo	RS 123	RS 141		(116)	(136)	
Líquido				97	94	3

	Valor de referência		Vencimento (Ano)	Valor justo		Efeito acumulado - Valor a receber/recebido ou a pagar/pago
	2021	2020		2021	2020	
Swap US\$ pré vs R\$ pós						
Ativo	US\$ 86	US\$ 105	2027	499	579	
Passivo	RS 228	RS 272		(224)	(269)	
Líquido				275	310	(35)

Os programas abaixo são classificados de acordo com os critérios contábeis de *hedge* mensurados a fluxo de caixa, portanto mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes:

	Valor de referência		Vencimento (Ano)	Valor justo		Efeito acumulado - Valor a receber/recebido ou a pagar/pago
	2021	2020		2021	2020	
Swap US\$ pré vs R\$ pós						
Ativo	US\$ 101	US\$ 177	2022	560	942	
Passivo	RS 364	RS 612		(365)	(614)	
Líquido				195	328	(133)

Programa de hedge dos empréstimos e financiamentos em Euro: Com o objetivo de proteção econômica e financeira, a Companhia contrata operações de *swap* para converter para R\$ as dívidas e empréstimos denominados em EUR. Nestes *swaps*, a Companhia assume posição passiva em R\$ atrelado ao CDI e posição ativa em EUR atrelado a taxas fixas ou flutuantes (*Euribor*). O programa a seguir é designado para contabilidade de *hedge* classificado como *hedged* de fluxo de caixa, portanto mensurado ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes:

	Valor de referência		Vencimento (Ano)	Valor justo		Efeito acumulado - Valor a receber/recebido ou a pagar/pago
	2021	2020		2021	2020	
Swap EUR \$ pré vs R\$ \$						
Ativo	€ 45	€ 45	2024	297	298	
Passivo	RS 202	RS 201		(205)	(203)	
Líquido				92	95	(3)

Programa de hedge para desembolsos em Dólar: Com o objetivo de reduzir a volatilidade do fluxo de caixa oriunda de variação cambial do R\$ frente ao US\$, a Companhia pode contratar operações via opções e *NDF* (*Non-Deliverable Forwards*) para mitigar a exposição cambial originada por desembolsos denominados ou indexados ao Dólar. Este programa é designado

para contabilidade de *hedge* e classificado como *hedge* de fluxo de caixa, portanto mensurado ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes:

	Valor de referência		Vencimento (Ano)	Valor justo		Efeito acumulado - Valor a receber/recebido ou a pagar/pago
	2021	2020		2021	2020	
Desembolso USD Termo	US\$ 5	US\$ 9	2025	2	1	
Líquido				2	1	1

Programa de hedge para desembolsos em Euro: Com o objetivo de reduzir a volatilidade do fluxo de caixa oriunda de variação cambial do R\$ frente ao €, a Companhia pode contratar operações via *NDF* (*Non-Deliverable Forwards*) para mitigar a exposição cambial originada por desembolsos denominados ou indexados ao Euro. O programa em 31 de dezembro de 2021, RS 1 (RS 0,02 em 31 de dezembro de 2020) é designado para contabilidade de *hedge* e classificado como *hedge* de fluxo de caixa, portanto mensurado ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes.

21.8 Análise de sensibilidade: A análise de sensibilidade estima o valor potencial dos instrumentos financeiros derivativos e respectivas exposições objetos de proteção, em cenários hipotéticos de *stress* dos principais fatores de risco de mercado ao qual estão expostos, mantendo-se todas as demais variáveis constantes. - **Cenário Provável:** Foram projetados os fluxos de caixa futuros na data de análise, considerando os saldos e eventuais encargos e juros, estimados com base nas taxas de câmbio e/ou taxas de juros vigentes no mercado em 31 de dezembro de 2021. - **Cenário II:** Estimativa do valor justo considerando uma deterioração de 25% nas variáveis de risco associadas. - **Cenário III:** Estimativa do valor justo considerando uma deterioração de 50% nas variáveis de risco associadas. Para fins de análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros derivativos, a Companhia entende que há necessidade de considerar os passivos objetos de proteção, com exposição à flutuação das taxas de câmbio ou índice de preços e que se encontram registrados no balanço patrimonial. Como 100% das dívidas em moeda estrangeira estão protegidas por *swaps* o risco de variação da taxa de câmbio é irrelevante, conforme demonstrado no quadro a seguir:

Operação	Moeda	Risco	Exposição (Saldo/ Cotação Nocional)			Impacto Cenário (II) Cenário (III)		
Dívida em Dólar	Dólar	Alta do Dólar		(1.273)		(318)		(637)
Swap Ponta Ativa em Dólar	US\$	Queda do Dólar	5,5805		1.272	318	636	
Exposição Líquida					(1)	-		(1)
Dívida em Euro	Euro	Alta do Euro	6,3210		(287)	(72)	(143)	
Swap Ponta Ativa em Euro	€	Queda do Euro			297	74	149	
Exposição Líquida					10	2	6	

Para os desembolsos em moeda estrangeira em contratos não dívida são adotadas as estratégias de proteção a seguir, sendo apresentadas na tabela os impactos relativos aos cenários reproduzidos para a variação cambial sobre o derivativo e correspondente impacto em cada cenário para o item protegido. Desta forma, observamos o efeito de eliminação e/ou redução da exposição cambial líquida através da estratégia de *hedge*:

Operação	Moeda	Risco	Exposição (Saldo/ Cotação Nocional)			Impacto Cenário (II) Cenário (III)		
Item protegido: parte de desembolsos em USD	Dólar	Alta do Dólar	5,5805		(29)	7	13	
Exposição Líquida					29	(7)	(13)	
Item protegido: parte de desembolsos em EUR	Euro	Alta do Euro	6,3210		(8)	2	4	
Exposição Líquida					8	(2)	(4)	

A tabela abaixo demonstra a perda (ganho) devido a variação das taxas de juros que poderá ser reconhecida no resultado da Companhia no exercício seguinte, caso ocorra um dos cenários apresentados abaixo:

Operação	Inde-xador	Taxa no período	Expo-sição Cenário Impacto Impacto				
			(Saldo/ Prová-vel Cenário (II) Cenário (III))				
ATIVOS FINANCEIROS							
Aplicações financeiras em CDI	CDI	Queda do CDI	9,15%	614	56	(14)	(28)
PASSIVOS FINANCEIROS							
Empréstimos, Financiamentos e Debêntures							
Dívidas em CDI	CDI	Alta do CDI	9,15%	(2.173)	(234)	(59)	(117)
Swaps CDI (Ponta Passiva)	CDI	Alta do CDI	9,15%	(911)	(85)	(21)	(43)

Operação	Moeda	Risco	Exposição (Saldo/ Cotação Nocional)			Impacto Cenário (II) Cenário (III)		
Dívida em IPCA	IPCA	Alta da IPCA	10,74%	(1.300)	(210)	(37)	(73)	
Dívida em LIBOR 6M	LIBOR	Alta da LIBOR 6M	0,34%	(213)	(3)	-	-	
Swaps Libor 6M x CDI (Ponta Ativa)	LIBOR	Alta da LIBOR 6M	0,34%	213	3	-	-	
Dívida em TJLP	TJLP	Alta da TJLP	6,08%	(1)	-	-	-	

22. COMPROMISSOS

Os compromissos relacionados a contratos de longo prazo são como seguem:

	Compra de Energia (1)	Construção de Infraestrutura
2023	3.404	955
2024	3.615	989
2025	3.574	1.102
2026	3.615	1.224
2027	3.744	1.299
Entre 2028 e 2030	11.943	4.295

(1) Os valores relativos aos contratos de compra de energia, cuja vigência varia de 1 a 30 anos, representam o volume total contratado e foram homologados pela ANEEL, que atendem os compromissos impostos pela legislação.

23. EVENTO SUBSEQUENTE

Em 04 de janeiro de 2022, a Companhia captou uma operação financeira contratada junto ao banco MUFG no valor de R\$ 200. A operação tem prazo final de 5 anos e pagamento de juros semestrais.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO		CONSELHO FISCAL	
Fulvio da Silva Marcondes Machado		Francisco Gaudio	
Solange Maria Pinto Ribeiro		Presidente	
Eduardo Capelastegu Saiz		Eduardo Valdés Sanchez	
Leonardo Pimenta Gadelha		João Guilherme Lamenza	
Rogério Aschermann Martins		Antonio Martinengo Filho	
Vicente Donizeti dos Santos		Ricardo Magalhães Gomes	
Edison Antônio Costa Britto Garcia		Titulares	
		José Antonio Lamenza	
		Gláucia Janice Nitsche	
		Antonio Carlos Lopes	
		Helena Kerr do Amaral	
		João Antônio de Oliveira Junior	
		Suplentes	
		Luciana Maximino Maia	
		Superintendente de Contabilidade	
DIRETORIA		CONTADORA	
Antonio Sergio Casanova		Carla Suely Pedreira do Nascimento Reis	
Diretor-Presidente		CRB: BA-017210/O-1	
Renato de Almeida Rocha		CPF: 614.811.305/7	
Diretor Financeiro e de Relações com Investidores			
Juliano Pansanato de Souza			
Diretor de Planejamento e Controle			
Fabiano da Rosa Carvalho			
Diretor de Regulação			

MANIFESTAÇÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

O Conselho de Administração da Elektro Redes S.A., tendo examinado, em reunião nesta data, as Demonstrações Financeiras relativas ao Exercício Social de 2021, compreendendo o relatório da administração, o balanço patrimonial, as demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido, dos fluxos de caixa, e do valor adicionado, complementadas por notas explicativas, bem como a proposta de destinação do lucro antes dos esclarecimentos prestados pela Diretoria e pela Contadora da Companhia e considerando, ainda, o relatório dos auditores independentes DELOITTE e o parecer do Conselho Fiscal, aprovou os referidos documentos e os encaminha para deliberação dos acionistas por meio da Assembleia Geral Ordinária da Companhia.

Rio de Janeiro, 16 de fevereiro de 2022.
Elena León Muñoz – Presidente
Fulvio da Silva Marcondes Machado
Solange Maria Pinto Ribeiro
Eduardo Capelastegu Saiz
Leonardo Pimenta Gadelha
Rogério Aschermann Martins
Vicente Donizeti dos Santos
Edison Antônio Costa Britto Garcia